



**DL-01**

**Ses. Esp. 18/04/13**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial para debater a importância das organizações não governamentais no desenvolvimento social, econômico e produtivo da Bahia, proposta pelo deputado Carlos Brasileiro.

Convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Deputado Carlos Brasileiro, proponente desta sessão; a Srª Secretária de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, Moema Gramacho, representante do Sr. Governador Jaques Wagner; Sr. Deputado Joseildo Ramos, um dos proponentes desta sessão; Sr. Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Economia do Ministério do Trabalho, Roberto Marinho; Sr. Diretor Executivo da Associação Brasileira de ONGs e Coordenador do Vida Brasil, Damien Hazard; o representante da Articulação do Semiárido Baiano, Asa, Sr. Adenilson Santos; a representante do MST, Movimento dos Sem Terra, Srª Rosa Oliveira; a representante da Coordenadoria Ecumênica de Serviços, Cese, Srª Eliana Rolemberg; a coordenadora executiva do Instituto de Mulher Negra, Srª Valdeci Pedreira; a gestora de projetos da Associação Carnavalesca do Bloco Afro Olodum, Srª Cristina Calácio; a coordenadora executiva do Centro Humanitário de Apoio à Mulher, Srª Jaqueline Leite; o representante do Conselho Nacional de Entidades Negras da Bahia, Sr. Gilberto Leal; e o diretor da Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe, Sr. Raimundo Nascimento.

Gostaria de registrar as presenças dos nobres deputados Zé Raimundo e Luiza Maia, ambos do Partido dos Trabalhadores; Álvaro Gomes, do PCdoB, que pede desculpas porque viajará para a Palestina, Oriente Médio.

Convido todos para ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas)



O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tendo em vista compromissos assumidos anteriormente, terei de ausentar-me. Mas gostaria de dar as boas-vindas a todos vocês presentes na Casa do Povo.

Esta sessão especial, proposta pelos deputados Carlos Brasileiro, Joseildo Ramos, Yulo Oiticica e Marcelino Galo, quatro parlamentares do PT, tem um significado importante no momento em que a Bahia vive um governo democrático e republicano. Nós, homens públicos, temos de reconhecer a importância das ONGs. Todos nós sabemos a importância do homem público: prefeito e vereador. Mas o Estado só consolida o seu desenvolvimento se nós tivermos, também, a participação da sociedade nas Organizações Não Governamentais.

Acho o debate e as discussões importantes. Só acredito que, para se obter sucesso em um empreendimento, em uma obra, em uma força política na defesa de um segmento, há de ter unidade, disciplina, organização e, principalmente, determinação.

Então, as Organizações Não Governamentais são prestigiadas no governo deste estado; inicialmente com o deputado Valmir Assunção, que foi secretário de Ação Social; posteriormente, o deputado Carlos Brasileiro; a ex-secretária Mara e, a partir de ontem, sob a coordenação da nossa querida Moema Gramacho que representa o governador Jaques Wagner nesta sessão, porque, através dessa secretária, haverá o apoio necessário para que vocês possam continuar exercendo suas funções em defesa do social do nosso estado.

Neste momento, a Bahia vive, sem dúvida nenhuma, a pior seca dos últimos 65 anos. Felizmente, começou a chover em algumas regiões da Bahia nas últimas 24 horas. Apesar de não ser suficiente a quantidade de chuvas, dá para minorar o sofrimento dos nossos coirmãos que vivem no semi-árido baiano.

Observem, 2/3 de nosso estado pertence à região do semi-árido. Portanto, uma grande parte da Bahia convive diariamente com a seca. O governador Jaques investiu muito na área de recursos hídricos. Em minha opinião, é o governador que mais investiu em recursos hídricos nos últimos tempos, apesar dos esforços, inclusive com a criação do Bolsa Estiagem, que é uma complementação do Bolsa Família, porque, na realidade, o Bolsa



Família é apenas para dar alimentação ao cidadão, para que ele possa sair para trabalhar, sair atrás de um emprego, de uma atividade.

Mas, neste momento, tanto o Bolsa Família quanto o Bolsa Estiagem são importantíssimos no semiárido baiano. A conquista do Bolsa Estiagem foi um pedido do governador Jaques Wagner junto à presidente Dilma Rousseff.

Portanto, como presidente da Casa do Povo, gostaria de parabenizar o deputado Carlinhos Brasileiro, que, apesar de estar no primeiro mandato, trata-se dum parlamentar ativo, assíduo, disciplinado, preparado e defende os reais interesses do povo do nosso Estado.

O deputado Joseildo Ramos, também de primeiro mandato, é uma revelação. Foi prefeito de Alagoinhas, e o deputado Carlos Brasileiro foi prefeito de Senhor do Bonfim, ambos eleitos e reeleitos pelo seu povo. O deputado Joseildo, mesmo em primeiro mandato, preside a Comissão mais importante desta Casa, onde tramitam todos os projetos do Parlamento baiano: a de Constituição e Justiça.

Portanto, V.Sas. sintam-se em suas casas. Aliás, esta é a verdadeira Casa do Povo. Aqui é o Poder Legislativo, que abriu as suas portas para todos os movimentos sociais da Bahia: os negros, homossexuais, mulheres, empresários, servidores e índios. Todos aqueles que querem ter visibilidade para levarem as suas reivindicações aos Poderes públicos vêm para a Casa do Povo, a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Passarei agora a presidência dos trabalhos ao deputado Carlos Brasileiro. Provavelmente voltarei no fim desta audiência pública.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Bom-dia a todos e todas! É com muita alegria que recebemos todos vocês na vossa Casa. E com muita honra e orgulho que presidiremos agora esta sessão especial, mais que merecida, pelos trabalhos e pela importância que as ONGs têm na sociedade brasileira e baiana. Inclusive por isso ganharam mais espaço, mas esperamos que conquistem também outros espaços no modelo democrático que o nosso País respira nas últimas décadas.



Antes de iniciar a rotina da sessão, gostaria de convidar para fazer parte da Mesa e se juntar a nós, com muita alegria, o deputado Zé Raimundo. (Palmas!)

Assistiremos agora a uma apresentação do Grupo Siloé, Projeto Daomé, do Lobato. Eles recitarão poesias. (Palmas!)

(Apresentação do Jogral do Grupo Siloé.)

O Grupo Siloé agradece a Ana Rosa dos Santos pelas suas maravilhosas poesias. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Queremos agradecer ao Grupo Siloé, do Projeto Daomé de Lobato pela apresentação. Isso mostra que o nosso povo é capaz, só precisa de oportunidades. Dando continuidade, quero chamar para a Mesa o Sr. coordenador do Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá, Renato Cunha. (Palmas.)

Quero também reforçar as palavras do presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, e informar antes de irmos à Tribuna para fazer o nosso discurso, de que esta sessão especial é uma sessão que está sendo abraçada por toda a Bancada dos Partidos dos Trabalhadores. Queremos agradecer aqui a participação de todos os gabinetes que contribuíram para a realização desta sessão, especialmente aos deputados Joseildo Ramos, Marcelino Galo e Yulo Oiticica que numa conversa neste Plenário, justamente num momento de indignação e de contestação de falas, diria, não apropriadas com relação às ONGs, que decidimos realizar esta sessão para que pudéssemos dizer nesta Casa, a Casa do povo, dizer a Bahia e ao Brasil da importância das Organizações Não Governamentais para o crescimento, o desenvolvimento socioeconômico e produtivo da Bahia.

Então, queria fazer este registro, sei que os assessores dos dois deputados estão aqui, eles não puderam estar presentes, o deputado Marcelino e o deputado Yulo, mas as suas assessorias estão aqui conosco participando deste momento.

Convido agora o deputado Joseildo Ramos para assumir aqui a missão de presidente da sessão, enquanto faço a nossa fala.

(O Sr. Joseildo Ramos assume a presidência da Mesa.)



**5116-III**

**Ses. Esp. 18/04/13**

**Or. Carlos Brasileiro**

**A importância das Organizações não governamentais no desenvolvimento social, econômico e produtivo da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Concedo a palavra ao deputado Carlos Brasileiro, proponente desta sessão especial.(Palmas.)

**O Sr. CARLOS BRASILEIRO:-** Sr. Deputado Joseildo Ramos, um dos proponentes desta sessão, que agora preside tão brilhante sessão, quero agradecer ao empenho, mais uma vez, a sensibilidade e ao compromisso de estarmos realizando este ato democrático na Casa do povo. Agradecer também a Sra. Secretária de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, nossa companheira Moema Gramacho, que está aqui representando o Governador Jaques Wagner, desejar, mais uma vez, todo o sucesso do mundo possível e imaginário naquela secretaria, que precisa não só de comprometimento, de conhecimento, de boa gestão, mas principalmente de sensibilidade, porque ali nós temos a obrigação e o dever de cuidar das pessoas mais fragilidades do Estado.

Tenho certeza que como foi o companheiro Valmir, a Profª Alice Santana, que foi interina, como foi a nossa humilde participação e depois continuada pela companheira Mara, que fez um belíssimo trabalho naquela pasta, a Sra. Moema vai dá continuidade, inovar e fazer melhor do que todos nós, pela sua experiência e pelo seu preparo frente à gestão e por conhecer tão de perto a realidade do nosso povo, por ter sido prefeita e viver essa realidade no seu município, mas também conhecer os programas e tudo o que este Brasil de hoje, democrático, do povo livre, tem alcançado, através do presidente Lula e a continuidade da presidenta Dilma, e aqui na Bahia com esse democrata e republicano Jaques Wagner, que tem transformado a realidade do nosso povo.

Sr. Deputado Zé Raimundo, que também abraçou esta sessão e que nos apoiou. Obrigado pela presença.



Gostaria de saudar a deputada Luiza Maia que também abraçou com muita ênfase esta ideia. Ela fará uso da palavra. Logo após, estará se dirigindo para uma missão de seu mandato, próximo a São Tomé de Paripe. Saúdo, também, o Sr. Roberto Marinho, secretário adjunto da Secretaria Nacional de Economia do Ministério do Trabalho, que será o nosso palestrante sobre esse tema. Desde já, obrigado por ter vindo e leve o nosso abraço aos nossos companheiros e militantes.

Saúdo o Sr. Damien Hazard, diretor executivo da Associação Brasileira de ONGs e coordenador do Vida Brasil. É bom tê-lo aqui. Tenho certeza de que contribuirá muito para as nossas organizações com seu discurso. Saúdo o representante da Articulação no Semiárido Baiano, ASA, Sr. Adenilson Santos, nosso popular Tisio. Este é um dos mais fortes militantes da organização e tem um papel extraordinário na ASA, na IRBA.

Saúdo a representante do MST, Movimento dos Sem Terra, Sr<sup>a</sup> Rosa Oliveira. Obrigado por ter vindo. Saúdo a representante da Coordenadoria Ecumênica de Serviços CESE, Sr<sup>a</sup> Eliana Rolemberg; a coordenadora executiva do Instituto de Mulher Negra, Odara, Sr<sup>a</sup> Valdeci Pedreira; a gestora de projetos da Associação Carnavalesca do Bloco Afro Olodum, Sr<sup>a</sup> Cristina Calácio; a coordenadora executiva do Centro Humanitário de Apoio à Mulher, Sr<sup>a</sup> Jaqueline Leite; o representante do Conselho Nacional de Entidades Negras da Bahia, Sr. Gilberto Leal; o diretor do CAMA, Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe, Sr. Raimundo Nascimento e o coordenador do Grupo Ambientalista da Bahia, Sr. Renato Cunha.

Gostaria que todas as entidades presentes, seus membros, seu corpo diretor ou participantes que sentissem à Mesa e se sentissem, também, contemplados com a nossa fala, porque esta sessão especial é por vocês e é para vocês, uma vez que são merecedoras de estarem aqui na Assembleia Legislativa pelo relevante, importante e extraordinário trabalho que realizam para a melhoria de vida da sociedade baiana.

Resolvi escrever em Senhor do Bonfim, os meus discursos são todos de momento, mas, no palanque, às vezes a gente se emociona muito e acaba falando coisas que são importantes de serem faladas, mas saem do contexto. Não quero dizer com isso que não deva



me emocionar. Espero até me emocionar, porque acho isso a revelação de comprometimento, sensibilidade e compromisso mesmo com as coisas que defendemos.

Abraçamos esta sessão especial não só pelo fato de discordarmos de alguns parlamentares, de seu discurso, de seu pensamento, de sua forma de ver a construção da sociedade, mas porque acredito no trabalho.

Fui prefeito. Tivemos uma relação muito profunda com várias ONGs em Senhor do Bonfim. Fui secretário. E ali nós nos apaixonamos mais ainda dessas organizações pelo caráter, pelo desempenho e pela seriedade com que eles trabalham com o dinheiro público.

Claro, algumas entidades saem da sintonia que desejamos e cometem incorreções. Mas as entidades, também, são compostas por seres humanos. Não podemos ser taxativos e afirmar porque, aí, é uma hipocrisia dizer que qualquer grupamento, qualquer organização não tenha deslizes ou cometa erros.

Mas afirmaria e tenho convicção de que 95% a 98% das ONGs, das pessoas que trabalham em ONGs são sérias, determinadas, comprometidas e estão justamente ocupando o espaço que o Estado não conseguiu chegar, o espaço que o Estado está chegando, mas que não está com a contundência devida, com o dever cumprido na sua plenitude. Por isso não estamos apenas fazendo uma sessão para registrar nos Anais desta Casa, espero que a imprensa baiana, que às vezes se atém apenas ao lado negativo das coisas, possa falar das coisas positivas que acontecem na vida pública. Elas, sim, é que vão dar o tom de uma sociedade cada vez mais livre, soberana e justa, e não apenas os pontos negativos que, muitas vezes, são lardeados e ganham uma proporção sem merecimento.

Para não me alongar, fiz um discurso que contei com a ajuda de alguns companheiros, especialmente do companheiro Ailton Florence, para não cansar vocês, porque toda e qualquer palavra aqui será dita com muita consciência e do fundo do nosso coração, é o que a gente pensa:

(Lê) “A primeira questão em debate neste Plenário, quando invocamos a discussão sobre o Papel das ONGS no Desenvolvimento, e nos perguntarmos, senhores e senhoras presentes, e qual o estagio da sociedade em que estamos vivendo?



2. Quero circunscrever a pergunta ao contexto sócio, e econômico, cultural da nossa sociedade hoje.

3. É evidente os avanços dos últimos dez anos, construídos, no - Brasil, por Lula e Dilma, na Bahia, pelo governo Wagner.

Somente para citar alguns avanços: antes de Lula, mulher trabalhadora rural não tinha direito a auxílio-maternidade; trabalhadores rurais não tinham direito a auxílio-doença.

A politica de cotas era uma noticia que vinha dos Estados Unidos. Valorização do Salário Mínimo era visto como sinônimo de quebradeiras de empresas, municípios e estados; índices de desemprego abaixo de 15% em Salvador e Região Metropolitana, bem como investimentos espalhados por todos os cantos do Estado.

4. Os avanços no campo do combate à pobreza, com politicas públicas estruturantes, são admiradas e copiadas mundo afora. Foram mais de 28 milhões de brasileiros que deixaram a linha de pobreza. Mais de 39 milhões chegaram a classe média e hoje representam mais da metade da população.

5. Ainda assim, a herança de uma sociedade escravocrata, seguida da construção de uma nação republicana calcada na reprodução da exclusão, somente interrompida a partir do Governo Lula, produziram mazelas que somente durante algumas gerações sera possível sanar definitivamente. Se as ações estão no caminho certo, é necessário persistir e aprofundar.

6. Na Bahia, a tarefa do governo Wagner não tem sido fácil. A herança da situação de exclusão da população é dramática. Milhões de analfabetos. De analfabetos funcionais. De Jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental. Portanto, uma sociedade cuja população, para sobreviver, certamente trabalha mais de dez horas por dia, mas em condições de concorrência desigual pois a elas foi negado o direito a oportunidades de acesso a educação no tempo certo; depois, de estudos complementares. E no geral, de qualidade de ensino. Os dados do eleitorado baiano, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, são dramáticos: de um lado, 63,35% dos eleitores ou são analfabetos (8,78), ou somente leem e escrevem (23,75%) ou não completaram o ensino fundamental (30,82%). 17,41% não



completaram o ensino médio e apenas 11,12% tem o ensino médio completo, com 1,96% tendo completado o nível superior.

7. Não se assenta desenvolvimento com inclusão rapidamente em uma sociedade construída historicamente tendo como matriz a exclusão como política pública deliberada, a exemplo do que foram os governos sucessivos no País e na Bahia.

8. No passado, os governos tinham diretrizes e razões para optar por políticas concentradoras de renda: era fundamental manter e reproduzir a riqueza de quem sempre a teve, assim como era fundamental manter longe das condições de educação a maioria do povo a fim de não despertar para um processo de conscientização e libertação. Uma política pública, portanto, deliberada, de continuar aprofundando a concentração de riqueza, por um lado, e, por outro, um total desprezo pelas condições de vida da maioria do povo.

9. Srs. Deputados, Srs. Dirigentes e Representantes de governo, a matriz do surgimento das organizações não governamentais não é outra senão a necessidade de ir aonde o Estado não estava indo; aonde o Estado se negava ir. Pode-se, sim, dizer que as ações das organizações não governamentais são de natureza pública, porque não almejam interesses privados.

10. Lembremos que os quilombos, forma de organização popular de escravos fugidos, surgiram no calor da opressão de um sistema perverso. Lembremos que a sociedade brasileira, esmagada por um golpe de Estado, precisou recorrer a organizações não governamentais para poder lutar, no silêncio das suas ações, pela recomposição das forças democráticas, reorganizando sindicatos, associações de bairro e, finalmente, contribuindo na luta pela anistia.

11. Quem está por trás das organizações não governamentais é gente que se incomoda e se indigna ora com o conteúdo da política pública, ora com a sua insuficiência, ora com a sua ausência. E os efeitos históricos estão à vista: desigualdade social, desintegração dos núcleos familiares, inchaço das cidades, favelização, fome, violência, discriminação.



12. Foram elas, as organizações não governamentais, que foram em busca de soluções técnicas para construir as bases de políticas de convivência com o semiárido, há 30 anos, resultando na criação da Articulação do Semiárido; de modelos adequados de assistência técnica. Enquanto o Estado brasileiro, com seus sucessivos governos, investiam na chamada revolução verde, transferindo bilhões ao setor privado no campo, o agricultor familiar no semiárido tinha como única base de apoio organizações não governamentais que foram em busca de recursos no exterior para apoiar os mais pobres do campo. Os nossos governos, federal e estadual, têm sido referência mundial na parceria com a sociedade civil na aplicação de políticas de convivência com o semiárido, construindo cisternas, poços, aguadas, dentre outros. Apesar do discurso da oposição, somos nós que estamos construindo e revolucionando o sertão em parceria com a sociedade civil, juntamente com prefeituras e consórcios.

13. Aqui estão representantes de organizações sociais que lutam pelo meio ambiente, a exemplo do GAMBÁ. Falar em meio ambiente não é citar a borboleta que sumiu. É destacar as nascentes e lagoas que se perdem a cada dia pelo desmatamento. É a expulsão de comunidades inteiras pelas mudanças climáticas. É a perda da nossa biodiversidade no sertão, nos cerrados, nas chapadas, na mata atlântica, nos tabuleiros costeiros; nos rios, lagoas e mares. O Estado tem reagido com políticas públicas. Mas quem tem pautado os governos, quem tem construído diariamente socorro às populações; quem tem construído, dia a dia, exemplos de convivência entre o homem e a natureza; as políticas de um modelo de sustentabilidade ambiental são as diversas organizações não governamentais e movimentos sociais por esta Bahia e este Brasil afora. Fortalecer a parceria Estado/Governo com as organizações é avançar na busca e aplicação de caminhos para a sustentabilidade.

14. Neste Plenário há representantes de creches comunitárias, a exemplo da Creche do Bairro da Paz. Ali, assim como em diversos bairros populares por esta Bahia afora, ela nasceu do esforço de mães que saem pela manhã e não têm com quem deixar seus filhos. Por isso, buscaram fundar uma organização que tem como eixo o fato de que



historicamente o poder público investiu pouco na proteção da infância de nossas crianças nos bairros populares. Esse processo começou a ser revertido no nosso governo, com Lula e Wagner. A luta dos nossos vereadores de origem popular para que as prefeituras assumam a agenda das creches comunitárias tem sido cotidiana. Somente em Salvador são mais de 250. Na RMS mais de 400. Se é no discurso que todos se indignam com crianças e adolescentes nas ruas, é com o fortalecimento dessas parcerias que nosso governo e nossos representantes buscam construir uma sociedade de direitos.

15. Meu abraço aos representantes das organizações não governamentais e movimentos sociais, do campo e da cidade, que trabalham organizando mulheres e homens, jovens ou não, para construir as bases de uma sociedade mais solidária. Abraço também os representantes do Fórum de Economia Solidária. São mais de 2.500 empreendimentos da economia solidária mapeados no nosso Estado pela Secretaria do Trabalho e pela Secretaria Nacional de Economia Solidária. São organizações que se firmaram no apoio a grupos de mulheres, de homens, de jovens, que plantam, que criam, que costuram, que fazem artesanatos, que produzem alimentação, que organizam serviços, que catam. Aqui está o CAMA, assim como a Arco Sertão. O nosso governo tem parcerias com elas e com muitas outras. E deve ter com muito mais.

16. Srs. Deputados, quem de nós já não viu, em todos os cantos dessa Bahia, catadores de material reciclado. A pauta dos catadores virou política pública após Lula ir até eles, visitá-los. Gente como a gente que, não tendo trabalho, foi às ruas fazer do resíduo daquilo que consumimos a sua economia. E ali estavam, desde o início, organizações como o CAMA, construindo, lutando para que o Estado e a sociedade reconhecessem o papel do catador e da catadora. Se há avanços, há necessidade de ir à busca de aplicação desses avanços, como as prefeituras assumirem a remuneração dos serviços dos catadores. A Arco Sertão nada mais fez do que dizer a si mesma que é indigno mulheres do sertão trabalharem, saberem fazer com o saber apreendido dos seus pais, avôs, bisavôs... e não terem como disso viver. E hoje se tem uma rede de mulheres do sertão produzindo e vendendo, com dignidade, bens frutos do seu trabalho.



17. O governo Wagner interiorizou o desenvolvimento, sem tirar a pujança econômica de Salvador e Região Metropolitana. Investiu e está investindo na atração de investimentos, na macroestrutura do nosso Estado. Mas herdamos uma Região Cacaueira com mais de 20 anos sem investimentos e depauperada pela crise do cacau, que desempregou e levou às cidades mais de 200 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais e pequenos agricultores. O Extremo Sul do Estado com uma estratégia única de desenvolvimento. O Semiárido abandonado de políticas, com ações focadas em pequenas iniciativas. O Baixo Sul e a Região dos Tabuleiros vivendo sobre suas potencialidades históricas, mas sem nenhum esforço de políticas públicas estruturantes e o grande cerrado tendo como força motriz apenas a vontade de suas populações, com um governo ausente na resolução dos seus principais problemas.

Esse desalento que havia de políticas de desenvolvimento para o nosso Estado, ao lado das mazelas históricas, herdadas de uma sociedade escravocrata e latifundiária, produziram uma sociedade urbana pobre, cuja maior característica é a exclusão.

Os índices históricos de desemprego na Região Metropolitana de Salvador batiam, nos governos anteriores, em mais de 25% da PEA. Os governos Lula/Dilma e Wagner baixaram para menos de 15%, com picos abaixo de 12%.

Ainda assim, apesar dos avanços de 10 anos, somos produtos de mais de 500 anos de políticas de exclusão. Do total de 14 milhões de baianos e baianas, 8,2 milhões têm renda *per capita* de até meio salário mínimo (MDS – CadÚnico, jul/10), 58,6% da população do Estado. Desses, 50,3% são analfabetos ou analfabetos funcionais por não terem concluído até a 4ª série do 1º grau. Do total da população no CadÚnico, 4.860.918, ou seja, 48,1% estão na área urbana. As 28 maiores cidades da Bahia concentram 2.674.101 do CadÚnico: Salvador, a maior, com 91% da população na área urbana e 835.532 no CadÚnico; e Cruz das Almas, a menor das 28, com 85% da população na área urbana e 37 mil pessoas no CadÚnico, de um total de 60 mil.

Em Salvador e Região Metropolitana, a exemplo das grandes regiões do Estado, a maior parte da população adulta vive sem emprego formal. Dados da SEI/Seplan/IBGE dão



conta de que há nesse território uma População Economicamente Ativa - PEA de 1,9 milhão de pessoas. Dessas, 755 mil têm carteira, 167 mil são funcionários públicos. E os demais são trabalhadores sem carteira, 129 mil, e autônomos (trabalhadores por conta própria), 948 mil.

Trabalhadores por conta própria são ambulantes, lavadores de carro, lavadoras de roupa, costureiras, manicure e pedicure, catador de resíduo, vendedores de frutas, verduras, roupas, cozinheiras, fazedoras e vendedoras de geladinho, bolos, balas, acarajés etc. São os empreendimentos individuais e familiares, pessoas que acordam pela manhã e saem sem saber, no fim do dia, se terão conseguido rendimento suficiente para comprar o pão. Segundo estudo do IBGE, 90,4% dessas atividades econômicas tem um rendimento médio de R\$300,00 mensais.

18. Em parceria com a Universidade Católica de Salvador, a partir do núcleo de trabalho do Professor Gabriel Kraychete, em parceria com organizações não governamentais o Governo do Estado implementou o Vida Melhor, um programa vigoroso de - apoio e assistência técnica aos empreendimentos individuais e familiares que não tem perfil para serem ainda atendidos pelo Sistema S. Aqui um abraço ao Professor Gabriel, as equipes do Instituto Cidadania-ICI, e ao Movimento de Cultura e Desenvolvimento do Subúrbio MCPS, pioneiros na arte de buscar transformar cada um dos empreendimentos, que tem famílias inteiras por trás, em algo viável e inserido economicamente nas comunidades, avançando para a qualificação e acesso ao crédito. Para os críticos, esse programa que surgiu aqui na Bahia já é referência para outros diversos estados do Brasil.

19. Vozes não se levantam quando o Estado faz parceria com as organizações sociais do Empresariado, seja rural seja urbano. E o Governo tem que fazer, tem que incentivar as ações empresariais. As vozes que se levantam contra parcerias com a Sociedade Civil são as mesmas que durante anos, décadas a fio, os próprios e suas gerações anteriores, condenaram os baianos e baianas a indigência, a ausência de políticas de inclusão. Eles têm um olho só, um lado só. E ao que parece, carecem de sentimentos de humanidade.



20. Temos nesse plenário, Senhores deputados e Deputadas, homens e mulheres, muitos graduados, mestres, doutores nas Universidades, que se dedicam a causa de um mundo mais justo. O fazem na ausência da presença do Estado. Dos governos. Eles não precisam do Estado, dos Governos. A sociedade precisa da sua ação apaixonada. Militante. Destemida. Precisamos de pessoas, mentes e corações, que não desistam do objetivo de termos uma sociedade mais justa. Precisamos beber nessa fonte e apoiá-los. O Estado precisa apoiá-los.

21. Aqui nesse plenário não há mercenários a procura de recursos do Estado. Aqui há cidadãos e cidadãs inconformados, indignados com uma sociedade que produziu, durante séculos, a exclusão sucessiva de gerações de baianos e baianas. (Palmas) Aqueles que os condenam, também sobem nessa tribuna e falam da violência. Mas não têm coragem de ir para dentro dos bairros, das zonas rurais, rua a rua, dia a dia, dialogar e construir soluções com as suas populações. Estado e Municípios não tem pernas suficientes; precisam de parcerias comprometidas.

22. Nesse momento, no Congresso Nacional, se discute fundo partidário, financiamento público de campanhas políticas. No passado, o empresariado, há mais de 60 anos atrás, soube dialogar com os Governos de então, e criou o Sistema S, composto por treze ramos do empresariado rural e urbano, que recebem, a cada ano, bilhões de reais de financiamento público para qualificar a ação do empresariado, de trabalhadores para os diversos ramos. E necessário que esse conceito de relação Estado — Sociedade se estenda as organizações não governamentais voltadas para diversos trabalhos com os mais pobres das cidades e do campo e com a questão ambiental.

23. Nesse momento, quero finalizar minha fala, protocolando meu apoio e minha admiração a essas organizações, compostos por homens e mulheres cuja ambição maior é ver um mundo mais justo, sustentável, digno para todos e todas.

24. E esse apoio, senhores deputados do PT, deputados de base aliada da minha bancada que juntos chamaram essa audiência, assim como os demais deputados da bancada do Governo que sem dúvidas, apóiam e constroem juntos as mudanças que a Bahia precisa, é



que essa Casa Legislativa, em parceria com a Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE, com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais — ABONG, com Fórum de Economia Solidaria e o Fórum da Agricultura Familiar, assim como com os Conselhos passarem a discutir o Marco Legal das Organizações Não Governamentais com vistas a se chegar a um modelo de financiamento público de suas ações.

25. Precisamos de um Sistema S para os mais pobres. As organizações, seu modelo de atuação, as prioridades, mais uma vez, a sociedade civil, os homens e as mulheres da nossa terra, já cuidaram de construir as bases. É necessário que o Estado assuma essa agenda. O nosso estado e nosso país estarão mais céleres rumo a uma civilização sem desigualdade se reconhecer e construir bases sólidas e duradouras de parceria com a sociedade civil, seus movimentos sociais, populares e suas organizações.”

Que Deus abençoe vocês todos! A Bahia e o Brasil agradecem por vocês estarem construindo a sociedade que todos estamos sonhando.

Abaixo a hipocrisia! Abaixo o neoliberalismo! Viva a sociedade brasileira democrática e soberana do povo baiano. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



**5117-III**

**Ses. Esp. 18/04/12**

**Or. Joseildo Ramos**

**A importância das Organizações não governamentais no desenvolvimento social , econômico e produtivo da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Parabéns, deputado Carlos Brasileiro.

Gostaria de convidar para compor a Mesa a Sr<sup>a</sup> Vera Lúcia Barbosa, secretária da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Vera Lúcia Barbosa.(Palmas)

Gostaria de registrar entre nós a presença de Ana Rita, vereadora de Salvador. Registrar ainda que aqui esteve Jonas Paulo, presidente do Partido dos Trabalhadores. E também quero informar a todos que se encontram presentes que a deputada estadual Luiza Maia saiu para mediar o conflito, que todos vocês têm conhecimento, relacionado ao quilombo Rio dos Macacos. Ela pede desculpas e foi lá para poder intermediar mais essa luta.(Palmas)

Gostaria também de registrar a presença da Sr<sup>a</sup> Lília Rosa que aqui representa o Sr. Elias Sampaio, secretário da Promoção da Igualdade Racial da Bahia.

Convoco o nosso companheiro Carlos Brasileiro para assumir o seu posto.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Dando seguimento, senhoras e senhores, fará uso da palavra neste momento o deputado Joseildo Ramos um dos proponentes desta sessão.

**O Sr. JOSEILDO RAMOS:-** Bom-dia a todas e todos. Bom-dia, gente!

(O Plenário responde bom-dia.)

**O Sr. JOSEILDO RAMOS:-** Estamos num momento de muita alegria, é de luta, mas é de alegria. Gostaria de ganhar tempo. Quero cumprimentar o meu companheiro proponente deputado Carlos Brasileiro e, ao cumprimentá-lo, quero, de imediato, cumprimentar todos os homens que compõem essa Mesa e esse ambiente. E, cumprimentando a secretária de Desenvolvimento Social de Combate à Pobreza minha companheira Moema Gramacho, estou cumprimentando todas as mulheres batalhadoras que



se fazem presentes e são as protagonistas maiores dessa luta na composição desse caminho articulado que está representando a sociedade civil através do Terceiro Setor.

Eu, ao contrário de V.Ex<sup>a</sup>, companheiro Carlinhos, andei rabiscando alguma coisa, esqueci que o meu braço está ficando curto e terminei escrevendo uma coisa assim pequena, mas vou tentar. São dois ou três pontos para os quais quero chamar a atenção.

Quero dizer que esta sessão tem a articulação primeira do deputado Carlos Brasileiro que foi secretário do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza e ex-prefeito. O companheiro Carlos tem todo o condão de estar, neste momento, conduzindo essa empreitada que nós estamos coadjuvando. Estou próximo a V.Ex<sup>a</sup> neste momento, juntamente com toda Bancada do Partido dos Trabalhadores, são 14 deputados que têm assento nesta Casa, para tratar da importância do Terceiro Setor.

Mas dentre os quatro pontos que articulei para dividir com vocês, quero dizer que lamento profundamente a ausência dos deputados que batem nas ONGs nesta Casa o tempo todo. (Palmas) Eles deveriam estar aqui, não para fazer o confronto pelo confronto, mas para ouvir da representação do Terceiro Setor de que sem ele o Brasil não avança.

Infelizmente, é muito fácil travar o debate nesta Casa que é muito pequena para o tamanho e para a pluralidade da Bahia. São poucos os que aqui estão, muito poucos, mas eles estão aqui a clamar o tempo todo por um espaço que sempre foi deles há 500 anos neste País.

E creiam, senhores, é importante reafirmar a origem, meu companheiro Joanas Paulo, presidente do meu partido, de tanta gritaria. Eles, no parlamento brasileiro, não tenham dúvidas, são maioria mas não representam a maioria da população brasileira porque precisamos lutar, todos nós, pela reforma política neste País. O parlamento brasileiro está sub-representado. Só vem para esta Casa quem tem dinheiro para comprar voto.

É preciso lutar para que possamos aprofundar essa batalha, para que possamos ampliar a capilaridade do nosso Estado. Estado que não tem condição de ir aonde as ONGs vão. Satanizar o trabalho das ONGs, negar o novo marco regulatório das ONGs neste País é um desserviço que os deputados que temem um bom debate, um combate, estão ausentes



desta Casa. Não se faz política morna! É preciso estarmos aqui travando o debate e dizer que estão correndo porque não têm como olhar de frente para quem faz a diferença neste País. É preciso dizer isso e não precisa ter coragem. É a denúncia que tem que se fazer mesmo porque temos que bater no peito e dizer: somos culpados porque às vezes ao votar a gente não percebe que no voto está a origem de se criar os maus políticos.

Então, acho, Moema, você que tem a oportunidade de estar trilhando esse momento, e não tenho dúvida, você vai contar com a cumplicidade de todos os seus companheiros não só do PT, não aprisionamos a verdade, não somos a palmatória do mundo, mas terá a cumplicidade de todos os companheiros. Essa Secretaria, que me perdoem as demais, tem que colocar a marca do governo Wagner que abriu e fez diferente nesse momento em que o povo o elegeu para mudar a Bahia. Algumas ações já se demonstraram efetivas. Foi Wagner quem criou a Superintendência da Agricultura Familiar que está a passos largos para criar a Secretaria da Agricultura Familiar.

Estamos aqui com uma das pessoas que mais lutaram nessa caminhada, meu companheiro Ailton Florêncio, que está aqui presente e está também com o *Vida Melhor*, estando nesse momento compartilhando dessa disputa porque é uma verdadeira disputa com a nossa companheira Moema Gramacho que vai fazer, sem sombra de dúvida, a diferença para que a gente não fique atrás do passado recente que não nos traz nenhuma memória positiva.

Não estou aqui para cansar vocês, mas quero ser instrumento, ferramenta na busca do bem comum, só acredito na política dessa forma. Mas quero dizer que se a gente não entrar na luta, fazendo com que a mãe de todas as reformas aconteça, pressionando a nossa presidente, pressionando o nosso governador porque nos governos de coalizão, principalmente, quando o espaço é maior porém necessário, sem a pressão da sociedade civil o projeto fica mais distante, mais demorado, embora com os avanços que estamos aqui testemunhando.

Um abraço e felicidades para todos!

(Não foi revisto pelo orador.)



**5118-III**

**Ses. Esp. 18/04/13**

**Or. Roberto Marinho**

**A importância das Organizações não governamentais no desenvolvimento social , econômico e produtivo da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Quero dar um abraço aqui na Secretária Dulce, agradecer pela presença; quero registrar a ausência do deputado Yulo Oiticica, que devido a compromisso no Extremo-Sul não pode estar nesta sessão; quero ver se até o final da nossa sessão o companheiro Marcelino Galo está entre nós, embora esteja em outra atividade também importante.

Quero registrar algumas presenças aqui de entidades e de pessoas que nos orgulham e nos honram com as suas presenças. A Unianimais, a União de Entidades Protetoras dos Animais da Bahia, a Cooperativa Guia de Luz, Unegro – União de Negros pela Igualdade, Instituto Acompaz --- Bairro da Paz, Grupo Tortura Nunca Mais, Odara – Instituto da Mulher Negra, Coopaed – Cooperativa Sonhos Possíveis, Coopeser, MOC – Movimento das Organizações Comunitárias, Cooperativa Colibris, Associação Moeira do Parque São Bartolomeu, Camapest – Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia, Projeto Não Vá Embora do Estado da Bahia – Obras Sociais de Desenvolvimento Rural, Anai – Associação Nacional de Ação Indigenista, Aecofaba, União por Moradia Popular, CDM – Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana, Caritas Diocesana de Amargosa, Caritas Diocesana de Ruy Barbosa, Caritas Regional Nordeste III, Associação de Pais e Mestres da Comunidade de Saramandaia, Deca – Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os demais, faremos o registro no decorrer da sessão.

Convido, para a alegria das pessoas e organizações aqui presentes, o companheiro Roberto Marinho, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, secretário-adjunto do governo federal, para nos informar e, com sua palestra, dizer a importância das ONGs e o que elas representam para o nosso Brasil e para a nossa Bahia. Seja bem-vindo, Marinho. (Palmas.)



**O Sr. ROBERTO MARINHO:-** Bom-dia, companheiras e companheiros, quero saudar aqui o deputado Carlos Brasileiro, e na sua pessoa faço uma saudação a esta Casa. Agradeço o convite e trago um abraço do nosso secretário Paul Singer, que agradeceu pela lembrança e o convite, mas, infelizmente, não pôde participar e pediu que viéssemos aqui contribuir para esse debate.

Quero saudar a secretária Moema Gramacho a quem saúdo em nome de todas as mulheres lutadoras e guerreiras aqui da Bahia, e as secretárias e secretários do governo do Estado, o nosso querido governador Jaques Wagner, criador da nossa Secretaria Nacional de Economia Solidária quando ministro do Trabalho e Emprego.

Quero saudar a companheira Eliane, da Cese, em nome de quem faço aqui uma saudação a todas as companheiras e companheiros das organizações da sociedade civil que aqui estão representando e falando em nome desse importante segmento.

Quero aqui informar um pouco como estamos, no âmbito do governo federal, sobre a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República, fazendo esse diálogo com a sociedade e com as demais instituições do Estado brasileiro, sobre a relação do Estado com as organizações da sociedade civil.

Vou falar aqui como uma pessoa que trabalhou numa organização da sociedade civil nos anos 80, no Rio Grande do Norte, no serviço de assistência rural que é uma organização criada em 1949. Não trabalhei em 49 e não sou tão velho assim como parece. Isso é para mostrar que essas organizações têm história e têm contribuído, sou professor da UFRN e portanto sou servidor público. Nos últimos dez anos, junto com o professor Singer, temos atuado na construção de uma política nacional de economia solidária no governo federal.

Como gestor público, tenho de dar meu testemunho de que 46% das nossas ações, dos nossos convênios, são realizados diretamente com as organizações e a sociedade civil, são mais ou menos 361 milhões de reais investidos nessas ações. Os outros 54% não são convênios celebrados diretamente com organizações da sociedade civil, mas executados por elas em parceria com governos estaduais e municipais.



Então, temos uma relação direta, porque a economia solidária foi sendo construída neste País por essas organizações, como já foi dito aqui pelo deputado Carlos Brasileiro, na ausência do Estado. Temos aqui a presença da Cáritas Brasileira. Em 2003, tive a alegria de participar da sua sistematização, que chamávamos de 20 anos de Economia Popular Solidária, dos projetos alternativos comunitários e de várias outras organizações, como a Cese, que em breve celebrará mais um aniversário, além de tantas outras que foram construídas. Nós no governo federal, e a presidente Dilma Rousseff, ainda em 2011, com o ministro Gilberto Carvalho, num quadro de crise dessa relação do Estado com essas organizações da sociedade civil.

Quando falo do Estado, não estou falando de governo. Não se trata de uma crise do governo com as organizações e a sociedade civil, mas sim duma crise construída, como já foi dito aqui pelos que me antecederam, por aqueles que não se conformam por ter perdido o monopólio do acesso ao recurso público, sobretudo porque sabem do trabalho realizado por esses governos de origem democrática popular, que dialogam com a sociedade civil. Isso causa também prejuízos políticos com o questionamento das práticas autoritárias centralizadoras, de mau uso dos recursos públicos, desses inconformados.

Nesse quadro, a presidente deu ao ministro Gilberto Carvalho a missão de conduzir um grupo de trabalho com representações do governo. São sete do federal e quatorze representações diretas de organizações representativas da sociedade civil.

Esse trabalho tem sido conduzido a partir de três pilastras, três eixos dos quais não podemos esquecer. O primeiro é que precisamos inovar a gestão pública a partir da experiência acumulada das organizações da sociedade civil, como já foi dito aqui, com *know-how*, conhecimento, metodologia, experiência, enfim, acúmulo de fazer o que o Estado não faz. Por isso, é importante e necessária essa inovação na gestão pública a partir do fortalecimento dessas organizações da sociedade civil.

O segundo eixo diz respeito à transparência e ao controle social no uso do recurso público. Não se trata apenas de inovar e fortalecer as organizações da sociedade civil. É



preciso igualmente que a sociedade tenha controle do recurso público em todas as suas dimensões. E também, obviamente, quando ele é transferido para essas organizações.

O terceiro e mais importante eixo é o da necessidade de fazer isso melhorando a eficiência e eficácia no uso do recurso público, sobretudo quando se trata das ações aqui já citadas, as emancipatórias e inovadoras, que visam exatamente corrigir as desigualdades sociais que ainda permanecem no nosso País.

Portanto, é a partir desses três eixos que temos feito este debate no âmbito federal. Não é um debate fácil, porque vivemos num contexto de criminalização dos movimentos sociais e dessas organizações. Vivemos num contexto de judicialização das relações entre Estado e sociedade. E também num contexto desfavorável de uma má utilização, por algumas pessoas e organizações, do título de organização da sociedade civil para fins que não desejamos.

Nesse contexto, é importante que tenhamos a clareza de que não se trata – embora fundamental – apenas de se criar um novo marco regulatório. Isso é necessário e é uma obrigação que temos. Nós que estamos na gestão pública temos de trabalhar com marcos regulatórios que não foram feitos para este segmento. Utilizamos ainda, inclusive por analogia, as mesmas regras, com poucas mudanças, feitas a um ente público, a um órgão governamental. Transferimos essas mesmas exigências para as organizações da sociedade civil.

Não se trata apenas de ter um marco regulatório. Trata-se da obrigação de se criar um clima favorável, tendo em vista tudo o que aqui já foi dito a respeito de formadores de opinião pública e dirigentes que tratam de desgastar essa imagem e de encobrir a realidade de tudo que é feito por essas organizações da sociedade civil.

É importante que as batalhas cultural e política tenham repercussão e sejam multiplicadas nos estados e nos municípios a partir de debates como este, que pode resultar em diversas iniciativas da Assembleia Legislativa. E pode também resultar na construção de espaços de diálogo com a sociedade.



Quero chamar a atenção para mais dois aspectos, até porque Eliane falará um pouco mais dos resultados e das perspectivas desse grupo de trabalho no governo federal.

Primeiro, é importante ter a clareza de que as organizações da sociedade civil existem do ponto de vista da ação social antes do Estado. Se formos fazer uma tipificação, colocar tipos dessas organizações, teremos o primeiro tipo mais tradicional, que é um conjunto de organizações baseadas na caridade e na filantropia, sobretudo religiosas, corporativas.

Depois, algumas entidades paraestatais foram criadas para fazer aquilo que, segundo o pensamento liberal, não era papel do Estado, ou seja, investir em políticas sociais, porque isso é coisa de pobre. Ou é um caso de polícia, que se resolve com repressão e autoritarismo, ou é um caso para ser resolvido pela caridade, por aqueles que querem ajudar os pobres coitados. Milhares de associações foram criadas sob essa perspectiva.

Qual a característica desse período e dessas organizações? Durante muito tempo, elas caracterizaram exatamente uma postura acrítica, já que não conseguiam fazer uma crítica sobre as raízes das desigualdades; não tinham intervenção no sentido da superação da condição de desigualdade. Embora os serviços prestados nas áreas de educação, saúde e assistência social fossem relevantes, não havia a perspectiva, digamos assim, emancipatória. Elas não incomodavam o Estado e as elites; eram e ainda são, em grande parte, manipuladas e conduzidas pelo Estado e pelas elites.

Felizmente, a partir do processo de redemocratização da sociedade brasileira tivemos uma segunda onda de criação de organizações da sociedade civil organicamente vinculadas aos movimentos sociais. Muitas daquelas antigas entidades renovaram as suas perspectivas, os seus discursos e passaram a ser apoiadoras de movimentos emancipatórios na sociedade. São essas as organizações criticadas e alvo político concreto da ira daqueles que sempre dominaram a sociedade, aqueles que querem apenas as críticas passivas que mantenham o povo na situação de subordinação em que permanece.

Infelizmente, companheiros e companheiras, temos uma terceira onda de organização da sociedade civil, para que não criemos também ilusões. Temos uma onda, um



conjunto significativo de organizações criadas sob a perspectiva neoliberal, sob a perspectiva de desresponsabilização do Estado, de transferência de responsabilidade do Estado para essas organizações, em que o discurso da captação do recurso público transformou muitas políticas sociais em mercadorias, privatizando o serviço público.

São essas organizações que transformam aquilo que foi construído no processo de redemocratização, vinculadas organicamente aos movimentos sociais que desgastam a imagem, pois passam a ser apenas (palmas) captadoras de recursos, mas não tem compromisso com a base, executam convênios, e quando termina o período do convênio, deixam as comunidades abandonadas, deixam os grupos abandonados, e dizem que deixaram pois acabou o recurso. Faltam-lhes exatamente esse vínculo orgânico.

São essas entidades, sobre as quais perdemos o controle, não o controle do Estado, perdemos o controle da própria sociedade. Quando temos organizações vinculadas aos movimentos sociais, estes controlam aquelas entidades. Quando não existe esse controle, os recursos são formalmente executados, as metas são formalmente executadas, mas não temos o processo emancipatório transformador que precisamos.

São essas questões que precisamos enfrentar, são essas questões que nos levam a refletir enquanto gestores públicos, enquanto membros do Poder Legislativo, enquanto representantes da sociedade. Nós, de fato, temos de estabelecer, a partir desse tripé, a partir da necessidade de inovar na gestão pública, fortalecendo as organizações da sociedade civil, a partir do eixo da transparência de controle social e a partir da busca da eficiência e da eficácia dessas ações, para fortalecer, de fato, a relação entre Estado e sociedade civil que possa contribuir, ainda mais, para a melhoria das condições de vida do nosso povo.

Nesse sentido, trazemos essa mensagem, essas contribuições ao debate. Agradeço muito pela oportunidade e por essa iniciativa da Assembleia Legislativa da Bahia.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



**5119-III**

**Ses. Esp. 18/04/13**

**Or. Renato Cunha**

**A importância das Organizações não governamentais no desenvolvimento social , econômico e produtivo da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Obrigado, Marinho. É uma pena que o tempo corra pois para ouvi-lo mereceríamos mais uns trinta minutos.

Quero chamar, para fazer parte da Mesa, com muita alegria, um dos propositores da sessão, deputado Marcelino Galo.

Chamo, para fazer uso da palavra, o Sr. Renato Cunha, coordenador do Gambá.

**O Sr. RENATO CUNHA:-** Bom-dia a todos. É um prazer estar nesta sessão.

Cumprimentos os deputados Joseildo, Carlos Brasileiro, Marcelino Galo e todos vocês, companheiros das ONGs e movimentos sociais que, como já foi dito, tanto lutam pela melhor qualidade de vida, por justiça social, por melhoria do meio ambiente, pela cidadania propriamente dita.

Pedi para falar um pouco mais cedo pois, numa outra sala, junto com Marcelino Galo, estamos num debate muito importante sobre o Código Florestal, uma lei de proteção das florestas brasileiras que, infelizmente, foi enfraquecida no Congresso Nacional, justamente pegando esse ponto da criminalização das ONGs. Batalhamos para que esse projeto de lei fosse realmente melhorar a proteção das nossas florestas, dos nossos rios, do nosso meio ambiente como um todo e que melhora, por sua vez, a própria qualidade de vida do nosso povo, mas, infelizmente, o Congresso Nacional enfraqueceu esse instrumento ao criminalizar as ONGs. Essa é opinião, principalmente, da Bancada Ruralista que achou que os interesses que estavam postos na luta das ONGs que estavam trabalhando para a melhoria da legislação eram interesses internacionais, interesses que não sabem de onde vem, e não eram interesses, realmente, para melhorar o meio ambiente, para melhorar a qualidade do ambiente como um todo e das pessoas que vivem em convivência com o solo, com a água, com o ar e com todas as questões relacionadas com a natureza.



As palavras ditas, aqui, são importantes para o fortalecimento dessa luta em defesa das organizações que, realmente, trabalham em defesa dos interesses coletivos, dos interesses que tem a ver com todas as lutas nos vários campos de atuação, como na saúde, nos direitos humanos, na educação, no meio ambiente, na questão das mulheres, na questão dos negros, na questão dos quilombolas, na questão indígena e de todos os movimentos que têm esse propósito de se juntar em grupos e em instituições e que necessitam, logicamente, de algum recurso, porque nada se faz sem recurso algum. Como foi dito pelo deputado Carlos Brasileiro, ninguém é mercenário para pedir dinheiro, mas são lutas de cidadãos que precisam de algum aporte para, realmente, construir os projetos, os programas, as ações e as atividades necessárias.

Quanto ao marco regulatório – dito, aqui, pelo companheiro que me antecedeu, e será mencionado por Eliana que, provavelmente, se aprofundará nessa discussão – é fundamental que isso aconteça. Tivemos uma reunião recente da Abong Bahia, aqui, em Salvador, com a presença do deputado Marcelino Galo, e a ideia é trazer essa discussão para o Estado da Bahia. Está sendo feita uma discussão a respeito do marco regulatório em nível nacional, mas é preciso que cada Estado também possa fazer as suas mudanças estratégicas para que as instituições possam também, de uma forma legítima, captar alguns recursos para os trabalhos que são feitos.

Vou pedir licença, porque preciso me ausentar por alguns momentos para atender ao outro evento que eu ajudei a construir, e é importante que eu esteja presente também. É a Frente Parlamentar Ambientalista, criada na Assembleia Legislativa, que precisa discutir não só esse ponto do Código Florestal, mas outras questões relacionadas ao ambiente e à qualidade de vida das pessoas.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Obrigado, Renato, pela sua contribuição.

(Não foi revisto pelo orador.)



**5120-III**

**Ses. Esp. 18/04/13**

**Or. Marcelino Galo**

**A importância das Organizações não governamentais no desenvolvimento social , econômico e produtivo da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Assistiremos, agora, a uma apresentação cultural do grupo 100% Afro-indígena, grupo de dança da Associação Arca de Olorum do Parque São Bartolomeu, bairro do nosso subúrbio.

(Apresentação Musical) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Que maravilha, não é gente? Antes Lobato, agora São Bartolomeu. É o Subúrbio tomando conta da Assembleia. Isso é bom. Parabéns!

Convido o nosso querido companheiro, deputado Marcelino Galo, para fazer uso da palavra.

**O Sr. MARCELINO GALO:-** Bom-dia, companheiros e companheiras. Quero cumprimentar o presidente que conduz esta sessão, parabenizá-lo por esta iniciativa, conjunta com a Bancada do Partido dos Trabalhadores, necessária num momento de ataques para tentar criminalizar os movimentos sociais e as ONG's. O companheiro Carlos Brasileiro sentiu isso na pele porque estava de um lado e, quando assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, ficou bastante angustiado porque tinha a vontade e a determinação de avançar, mas ali estavam colocados os entraves. Parabenizo-o realmente por esta sessão tão necessária e tão bonita, com a participação tão ampla dos nossos companheiros dos movimentos sociais e das ONG's.

Quero cumprimentar as nossas duas secretárias, mulheres guerreiras e lutadoras. A nossa Lucinha, velha companheira na luta pela terra, mulher determinada que desde criança aprendeu a lutar e hoje conduz um dos movimentos mais importantes do mundo nesta área. E a nossa secretária Moema Gramacho, que com um pequeno interregno faz a sucessão de Carlos Brasileiro e é igualmente mulher de uma disposição, garra e competência política



muito grandes. Portanto, comprovadamente boa gestora. Ela foi excelente gestora nos dois mandatos como prefeita de Lauro de Freitas e agora assume esta nobre missão de ajudar o nosso governador a combater a pobreza na nossa Bahia. Está aqui o nosso companheiro Jonas Paulo, presidente do nosso partido, a quem deixo o nosso abraço. Cumprimento a todos vocês também.

Quero dizer-lhes que esta sessão era extremamente necessária. É a hora! Nós precisamos reagir. Ontem tivemos um exemplo disso aqui, onde foi montado um circo, e os deputados que hoje são oposicionistas, mas governaram este Estado por mais de 40 anos, tiveram a cara de pau de vir para cá atacar o movimento sindical, as ONG's e todos os movimentos sociais. O que eles argumentavam? O que discutimos nessa quarta-feira foi o FIDA, por meio do qual o governo estadual tomou R\$ 100 milhões emprestados. Esse projeto diz que é obrigatória a interlocução, a relação institucional e os repasses de recursos para as associações e o movimento sindical. Mas eles, aqui querendo fazer uma média, distorceram, mentiram e disseram que estávamos desvalorizando e desmerecendo os prefeitos.

Todos nós sabemos, ainda mais agora, com esta seca gravíssima, que para combatermos a pobreza e resolvermos a questão da convivência com o semiárido não basta ter uma interlocução única com os prefeitos. Claro, eles são legítimos, foram eleitos pelo povo. Mas é preciso ir muito mais além. E para fazer isto, para que de fato esses recursos cheguem àqueles que precisam, ao povo, precisamos ter outros interlocutores organizados. E aí estão os movimentos sociais, aí estão as ONG's. Antes mesmo de chegarmos ao governo, já havia muitas delas seriíssimas que faziam esse trabalho na resistência, na construção. E agora que estamos no governo a nossa obrigação é defender, a nossa obrigação é ampliar, até porque nós precisamos de vocês.

O meu tempo nesta tribuna se esgotou. Quero dizer-lhes que só poderemos resolver os problemas dos direitos humanos, do meio ambiente e da pobreza e desigualdade se contarmos com a participação de vocês. Só assim construiremos a democracia e eliminaremos, de fato, as desigualdades no nosso País.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

Então, saúdo a todos. Muito obrigado por terem vindo.

Parabéns, Carlos Brasileiro! (Palmas!)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)



**5121-III**

**Ses. Esp. 18/04/13**

**Or. Damien Hazarad**

**A importância das Organizações não governamentais no desenvolvimento social , econômico e produtivo da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Obrigado, deputado. Sei que V.Ex<sup>a</sup> terá que se ausentar, novamente, para ir para a Comissão de Meio Ambiente, representar-nos discutindo o Código Florestal.

Quero registrar outras entidades que estão aqui entre nós e agradecer pelas presenças: COOFÉ; APAE; ao Instituto Científico Brasileiro; Fundação Antônio Almeida e Silva; Escola Creche Comunitária Nossa Senhora do Amparo; Associação de Pais e Mestres da Escola Comunitária Emanuel Ponto Centro- Camaçari; Academia de Polícia Humanitária Mirim da Bahia; SERDOWN-Ba; CEDASB-ASA- Centro de convivência e desenvolvimento agroecológico da Bahia; ACEBA; ACOMPAMEC- Associação comunitária Paroquial Mata Escura Calabetão; Associação Carnavalesca Bloco Afro Olodum; ICI- Instituto de Qualificação e Cidadania.

Concedo a palavra ao Sr. Damien Hazarad, representante da ABONG.

**O Sr. DAMIEN HAZARAD:-** Bom dia a todos. Sou diretor executivo da ABONG, Associação Brasileira de ONGS e que tem uma direção executiva composta por cinco diretores e um conselho diretor com mais ou menos vinte direções estaduais. Aqui na Bahia é uma direção colegiada e assumida pela Secult, pelo Gambá, pelo Elo e pela Avance.

(Lê): “Vou começar parabenizando e agradecendo a Assembleia Legislativa da Bahia, a bancada do PT e o Deputado Carlos Brasileiro pela iniciativa desta audiência. Agradecer também a presença do governo estadual (através da Secretaria especial de políticas para as mulheres e também da Sepromi), a presença de vários parlamentares, de diversos partidos e de pessoas experientes como o Sr. Roberto Marinho – Senaes, que nos honra pelas suas reflexões, pela sua capacidade analítica e crítica (sobre essa questão).



Agradecer, obviamente, as companheiras e os companheiros de movimentos sociais e ONGs que lutam pela defesa dos direitos humanos e dos bens comuns.

Eu considero o momento presente de extrema relevância, porque se propõe a debater de forma inédita neste plenário um assunto que diz respeito a essência da democracia: aos princípios e valores que regem as relações entre Estado e sociedade, entre os poderes públicos e a sociedade civil organizada.

Há hoje, infelizmente, um desconhecimento muito grande na sociedade em geral, sobre a identidade, a realidade e o papel das organizações não governamentais e dos movimentos sociais. Porque esse desconhecimento? Porque o contexto mudou muito nas ultimas três décadas e, principalmente, nos últimos dez anos. O contexto mudou, mas a reflexão, o debate político, e a própria Legislação não conseguiram acompanhar esse processo de mudança. E isso teve e está tendo graves consequências para as ONGs e para os movimentos sociais: de forma geral. Posso dizer, sem nenhum medo de errar, que uma situação que ameaça a democracia.

Por isso, aqui hoje, temos um desafio, além de fazer esse debate necessário: contribuir para a construção de um novo Marco Regulatório para as organizações da sociedade civil. Marco pelo qual, lutamos, pelo menos enquanto ABONG e suas associadas, há muitos anos mais de uma década... E nos 3 últimos anos por meio de uma importante articulação nacional, chamada Plataforma por um Novo Marco Regulatório da Sociedade Civil. A atuação da plataforma será apresentada por Eliana Rolemberg, da CESE, organização que é filiada a ABONG. Esperamos assim que a Bahia, um estado que tem sido precursor de inovações culturais, sociais e políticas que se tornaram referenda para o Brasil, possa impulsionar esse passo decisivo.

Que são, então, essas organizações da sociedade civil, tão diversas? A pesquisa mais recente no Brasil, foi realizada no ano passado pelo IPEA, em parceria com a ABONG e com o GIFE, e toma como base dados de 2010. Os resultados dessa pesquisa mostram um universo heterogêneo de instituições. Existem oficialmente no País 291 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos.



Essas instituições encontram-se em todo Brasil e particularmente nas regiões Sudeste (44%), Nordeste (23%) e Sul (21%), estando em menor número no Norte (5%) e Centro-Oeste (7%).

A áreas de atuação incluem, em primeiro lugar, serviços ou rituais religiosos, associações patronais e profissionais e entidades dedicadas a implementar políticas governamentais de saúde, educação, pesquisa e assistência social.

E temos também 42.500 entidades voltadas para o desenvolvimento e a defesa de direitos (ou seja 15%).

E vejam que dado interessante: 19% das instituições (um quinto) atuam em áreas de políticas públicas.

As organizações da sociedade civil brasileira, como vimos, são tão diversas quanto as suas influências históricas. E são o resultado, em parte, dessas influências, dessa história do movimento social brasileiro. Boa parte dessas organizações, assim, é herdeira da resistência indígena e negra durante o período colonial, outras vieram da assistência social iniciada por organizações religiosas a partir do século XIX. A instrumentalização de organizações e o clientelismo podem achar suas raízes no Estado Novo de Getúlio Vargas. O sindicalismo dos anos 70 e 80 também deixa sua marca e sua força na sociedade civil atual.

Em relação às organizações não-governamentais, as primeiras entidades no Brasil a se denominarem como tais surgiram no período da ditadura militar e se multiplicaram nas décadas seguintes. Muitas delas contribuíram significativamente para o processo de redemocratização do País. Elas fortaleceram as vozes de múltiplos segmentos excluídos da sociedade, estimularam a criação e estruturação de redes e introduziram tecnologias sociais e ambientais inovadoras.

Com esse campo de organizações e movimentos, os limites da política se deslocaram: grupos reforçaram sua expressão como sujeitos de direitos, e não mais como objetos de políticas. Essas organizações, esses movimentos fizeram transbordar o político para além das estruturas de governo e dos poderes públicos e estimularam ou até impuseram uma mudança da agenda pública.



Aqui na Bahia, essa mudança é muito expressiva, essa contribuição do movimento social na esfera pública é muito significativa, e até emblemática, quando se pensa na atuação do movimento ou dos movimentos negros, do movimento do direito à cidade, do movimento dos direitos da criança e do adolescente, das organizações de e para pessoas com deficiência, do movimento ambientalista, de reforma agrária, de agricultura familiar, da agroecologia, de economia solidária, de juventude, de mulheres, do movimento LGBT, do movimento de democratização da comunicação, dos movimentos e organizações quilombolas, indígenas, do movimento de prevenção e luta contra Aids, ou ainda das organizações de direitos humanos, para citar apenas alguns exemplos.

Para cada um desses movimentos, cada uma dessas lutas, me vem a cabeça, assim como à de vocês, uma lista extensa de organizações e de projetos que resultaram na efetivação de direitos, e que muitas vezes nortearam políticas públicas hoje existentes aqui na Bahia ou no Brasil. Parte dessas organizações é da ABONG, outras não, mas são aliadas na defesa dos direitos e dos bens comuns.

É interessante perceber que os anos 90 abriram o caminho para dois tipos antagônicos de políticas e de relações entre os poderes públicos e a sociedade civil organizada, tendências opostas que foram se intensificando nos anos 2000 até os dias atuais. De um lado, a Constituição de 1988 consagrou os princípios dessa participação social, desse deslocamento do que se entende por "política", e isso levou a implementação de mecanismos e instrumentos ditos de democracia participativa, nos quais governos e sociedade civil organizada debatem as políticas: podemos citar o orçamento participativo, as audiências públicas, como esta, os conselhos de políticas públicas, as conferências... Muitos desses espaços foram criados sob a influência direta dessas organizações e movimentos, que passaram a estimular a ocupação desses espaços e a qualificar a participação. Mas por outro lado, com a hegemonia das políticas neoliberais, as ONGs foram vistas como canal de terceirização de políticas sociais que eram antes de responsabilidade do Estado. Nasceu nos anos 90 o mito do "terceiro setor".



O que é interessante perceber, é que há uma convergência perversa dessas duas tendências na política: ambas reconhecem a importância da existência de ONGs, mas por motivos diferentes. Uma pela sua contribuição política e outra pela sua capacidade de prover serviços públicos a menor custo do que os governos.

Muitas organizações foram criadas para desenvolver serviços com financiamento público. Muitas relações ambíguas com governos foram surgindo. Organizações foram usadas para driblar regras da gestão pública e favorecer grupos ligados a governantes inescrupulosos. Tudo isso levou a escândalos na mídia, a instalação de CPI das ONGs no Congresso, a ataques e campanhas de difamação contra o conjunto das ONGs.

São muitos os casos de criminalização das organizações da sociedade civil (ONG e movimentos sociais) e as ações para deslegitimar e desqualificar a atuação dessas organizações. Muitos casos de instrumentalização das organizações, de discriminação e perseguição, de rupturas de contratos e afastamento precipitado de organizações, de políticas e projetos que nasceram da sua própria experiência. Mesmo com a abertura de canais de acesso a fundos públicos, a ausência de uma legislação adequada reduz o papel das ONGs a execução de políticas governamentais, e em condições extremamente restritivas. De forma quase generalizada, observa-se uma fragilização das condições de trabalho das organizações do nosso campo. E uma suspeição em relação as ONGs que dificulta a interação dessas organizações com gestores públicos idôneos e com a sociedade de forma geral.

Em muitos aspectos, ou no mínimo um risco de consolidação está acontecendo no Brasil um fenômeno que observamos em muitos países pelo mundo, e de forma muito significativa na América Latina. O que está acontecendo é a consolidação de um ambiente político e institucional hostil e desfavorável para atuação das organizações e dos movimentos sociais. E isso atinge Países dirigidos por governos de direita como de esquerda. Essa constatação de ambiente desfavorável é uma preocupação do FIP (Fórum internacional das plataformas nacionais de ONGs, do qual) a ABONG é membro do conselho facilitador). E uma preocupação também do conselho Mundial das Igrejas que



lançou muito recentemente uma nota contra criminalização das organizações e movimentos na América Latina (essa nota está disponível no *site* da CESE).

Para fechar, queria dizer que acabei de voltar, junto com uma delegação baiana e brasileira, do Fórum Social Mundial, que aconteceu esse ano na Tunísia, no norte da África. A Tunísia foi o berço da primavera árabe e do processo revolucionário na região. Estamos voltando de lá com a convicção que nossas lutas não são isoladas, mas ao contrário ligadas, e que devem desembocar juntas em novos paradigmas de desenvolvimento para o planeta. Há 20 anos, as ONGs e os movimentos sociais, principalmente ambientalistas, perceberam na Eco 92, no Rio de Janeiro, a importância da ação local mas com pensamento global. Hoje, não descartamos isso, mas descobrimos a necessidade não só de agir e pensar localmente, mas também de pensar e agir globalmente.

Estamos voltando convencidos da importância enquanto sociedade civil, do nosso papel e da nossa nossa ação, no âmbito local, nacional, regional e planetário. E que as condições, da Tunísia ao Brasil, devem ser reforçadas para garantir a autonomia da nossa atuação. E assim fortalecer a democracia.”

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



**5122-III**

**Ses. Esp. 18/04/13**

**Or. Rosa Oliveira**

**A importância das Organizações não governamentais no desenvolvimento social , econômico e produtivo da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Obrigado Damien, assustou-se com os nossos toques? Isso é do ritual da Casa e também para controlarmos um pouco o tempo, até porque temos que socializar o tempo por conta do número de representações aqui nesta sessão especial.

Quero agradecer e registrar a presença da Associação de Moradores de Nova Valéria, Movimento População de Rua, que tivemos a honra e a alegria, junto com o Governador Wagner, de construir o projeto que implanta o trabalho dos moradores de rua, ao qual a companheira Moema vai dar seqüência e apoio total; Centro de Economia Solidária de Organização aos filhos do mundo, a ASA, como já foi dito anteriormente; o Projeto Axé, a Associação de Pais e Mestres do Parque Florestal de Camaçari; Associação Viva Brasil; Cooperativa CANORE, Unjiraquinã, espero ter lido certo, companheiros. Quero agradecer também ao Centro Comunitário da Pituba, Associação dos Motoristas da Bahia, Associação Cultural Beneficente Circo Maravilha, Projetos Sociais AMGI, APOE, ASAMIL – Microrregião de Livramento, Rede de Alimentação ADOCCI e Cooperativa de Alimentos Sonhos Possíveis.

Chamamos para fazer uso da palavra a companheira Rosa Oliveira, representando aqui o MST (Palmas).

**A Sr<sup>a</sup> ROSA OLIVEIRA:-** Bom-dia companheiros e companheiras, está todo mundo com fome, Carlinhos, porque quando o bom-dia começa a diminuir o tom é porque chegou a hora de comer. Em nome da direção do MST do Estado da Bahia, dos nossos cinco mil marchantes que representam essa força, junto com os demais movimentos sociais que atuam e lutam pela reforma agrária no Brasil e também no nosso Estado, saudamos a todos os deputados e deputadas da Casa empenhados em fazer a diferença em nome do povo



baiano, saudamos as nossas duas secretárias aqui presentes neste momento, a companheira Eliana, essa parceira histórica do Movimento Sem Terra, assim como os demais movimentos sociais, organizações sociais, ajudou a construir e dar força a essa luta, que é uma luta desde a descoberta do nosso País. Então, o nosso respeito e carinho a essa companheira e toda a sua equipe da Cese, que tem feito, junto com as demais organizações sociais, essa diferença.

Em nome do nosso movimento social, que luta contra as cercas do latifúndio da terra no nosso Estado e no nosso País, nós consideramos extremamente importante e necessária esta sessão na conjuntura difícil, árdua e muito desafiadora para as organizações sociais, que são parceiras dos governos federal e estadual, mas que se encontram na vala da discriminação e da violência contra a luta que a gente protagoniza, que a gente constrói nas bases com as crianças, com as mulheres, com os camponeses e toda a sociedade civil que se propõe a organizar para que os direitos humanos, de fato, virem realidade.

Somos um movimento social que acreditamos que a nossa parcela fundamental na construção de uma sociedade justa e igualitária passa pela desapropriação do latifúndio. A desapropriação do latifúndio e a construção de uma política de reforma agrária é que vai possibilitar e que garante efetivamente uma sociedade com alimento saudável, com menos criminalização, com a juventude e as crianças na escola, como podemos ver a criação das organizações junto às crianças e a juventude da periferia de Salvador. É através da política de reforma agrária que podemos fortalecer essas organizações e os movimentos sociais que fazem luta no nosso País.

Portanto, nesse cenário de criminalização dessas ações e desses parceiros, nós dos movimentos sociais também estamos imbuídos em desconstruir essa leitura equivocada de parte do nosso Poder Judiciário, de parte dos nossos parlamentares e de parte do senso comum da sociedade brasileira de que nós também queremos construir um País diferente e que fazemos, na prática, ações que possibilitem a inclusão social efetiva de jovens, crianças e idosos do nosso País.

Portanto, companheiros e companheiras das ONG's, dos movimentos sociais aqui presentes, da sociedade baiana, o nosso desafio continua sendo lutar, lutar e lutar. Mas



fundamentalmente essa luta precisa ser articulada, organizada e cada vez mais mobilizada por todas as forças e frentes para que possamos construir e agregar a nossa bandeira de luta que fundamentalmente é a defesa da vida e da democracia do nosso País e também do nosso Estado da Bahia.

Em nome do nosso movimento agradecemos a oportunidade. Nós somos o único movimento social na Mesa, isso nos responsabiliza cada vez mais e nos colocamos à disposição da sociedade para dialogar, para construir e para fazer luta em defesa das nossas ações que inclui e que defende o direito da vida.

Muito obrigada.(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)



**5123-III**

**Ses. Esp. 18/04/13**

**Or. Ademilson Santos**

**A importância das Organizações não governamentais no desenvolvimento social , econômico e produtivo da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com Rosa chegaram as flores dos movimentos sociais. É por isso que eles não querem que a gente continue fazendo parte da construção deste Brasil cada vez mais democrático, porque sabem da nossa potencialidade, da nossa consistência de conteúdo, de discurso, é uma lição de vida depoimentos como esse de Rosa.

Quero chamar o companheiro Ademilson Santos, o nosso querido Pizil, e quero aproveitar para convidar o companheiro, deputado Rosemberg Pinto, que acaba de chegar para fazer parte da Mesa, ele que é o Líder da Bancada do PT nesta Casa.

**O Sr. ADEMILSON SANTOS:-** Quero saudar o deputado Carlos Brasileiro e com isso saúdo a todos da Mesa e da plenária.

Primeiramente queria dizer que ONG inclusive é marca de país civilizado. ONG é marca da democracia, inclusive da própria democracia do nosso País. ONG é marca da luta pela garantia dos direitos. ONG é marca de luta pelos que foram, inclusive, excluídos historicamente neste País.

As principais bandeiras dos trabalhos dos que mais necessitam, e aqui eu posso citar rapidamente a bandeira da agroecologia, da luta pela terra, da segurança alimentar, da convivência com semiárido, programas como o PAA, como as cisternas, enfim, vários outros. São construções e são executados com qualidade porque têm, inclusive, a participação das organizações não-governamentais, têm a participação dos movimentos sociais. Não estamos tendo outro genocídio no semiárido brasileiro, dentro da grande seca que estamos passando, por conta também da contribuição dessas organizações com as várias experiências de convivência com o semiárido.



Infelizmente ainda não temos uma legislação adequada a nossa realidade. E assim, por conta de algumas organizações criadas com outras finalidades, que também não concordamos com isso, somos confundidos com elas. Mas não somos essas entidades, somos entidades populares vindas de uma outra lógica, de uma outra dinâmica, apesar da mídia querer incutir na cabeça da sociedade brasileira que somos iguais. Há setores da mídia mal-intencionados que querem nos criminalizar a cada instante. Assim como, inclusive, alguns deputados desta Casa, talvez mal-intencionados, recentemente nos chamaram de desviadores de recursos. E eu quero saudar esta sessão especial e dizer alto e em bom som, deputado Carlos Brasileiro: não somos ladrões. Muito pelo contrário, o que a CGU, o que o TCU e o TCE, os órgãos de fiscalização e controle dizem é o contrário: que mandam dinheiro para a gente construir oito cisternas, e a gente faz dez! O dinheiro com que o governo faz cinco cisternas, a gente faz dez! E se trabalhar pelos mais pobres, se trabalhar com qualidade, se trabalhar políticas estruturantes, se trabalhar para quem mais precisa e fazer, inclusive, além das metas previstas, se isso é crime, me desculpem quem tem essa concepção. Acho, inclusive, que está num processo de aridez mental. (Palmas)

O que temos neste País de revolução, de diferencial está no trabalho, está na ponta da maioria das comunidades dos municípios a partir do trabalho das nossas organizações. Acho que o governo brasileiro, o governo do Estado, o governo federal nos deve, sim, uma legislação adequada a nossa realidade. Nos deve, sim, um debate com as organizações não-governamentais para que isso avance. O próprio GT criado pela presidente Dilma debateu bastante as questões, mas ainda não temos um avanço necessário, o avanço de que precisamos.

Assim como precisamos de outras coisas, deputado Joseildo Ramos. Precisamos avançar, inclusive, numa política permanente de convivência com o Semiárido em nível de Estado e em nível de União.(Palmas)

Para finalizar, queria parabenizar a iniciativa do deputado Carlos Brasileiro e de toda a Bancada do PT que, corajosamente, vem defendendo os interesses daqueles que mais



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

precisam, mais necessitam que são os que recebem as ações diretas das organizações populares que estão presentes neste momento.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)



**5124-III**

**Ses. Esp. 18/04/13**

**Or. Ametista Nunes**

**A importância das Organizações não governamentais no desenvolvimento social , econômico e produtivo da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Quero agradecer e registrar as presenças de Jéssica Sinai – coordenadora do Núcleo Popular de Pau da Lima, da MAIS – Movimento de Articulação e Inclusão Social em Defesa das Mulheres, da Faculdade Vasco da Gama, da UNIESP, Petrobras, Associação Beneficente dos Moradores de Fazenda Grande II, setor 4, Associação dos Moradores do Conjunto Santa Luzia, Associação Beneficente de Educação Artes e Cidadania, Associações e Organizações do Nordeste de Amaralina, enfim uma participação extremamente positiva.

Agora, vamos ter uma declamação de poesia por Ametista Nunes - “ Os Estatutos do Homem”, de Tiago de Mello.

**A Sr<sup>a</sup> AMETISTA NUNES:-** Bom dia, minha presença aqui é em nome da Vida Brasil, da Associação Cultural José Martí de Solidariedade a Cuba, do Grupo Tortura Nunca Mais e da Fundac, pelos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Pedindo licença a todos os poetas e poetisas que nos antecederam, em termos históricos, com o nosso carinho revolucionário a todas e a todos os camaradas aqui presentes, vamos ler o poema Os Estatutos do Homem do grande Tiago de Mello:

(Lê) *“Artigo I – Fica decretado que agora vale a verdade. Agora vale a vida e, de mãos dadas, marcharemos todos pela vida verdadeira.*

*Artigo II*

*Fica decretado que todos os dias da semana, inclusive as terças-feiras mais cinzentas, têm direito a converter-se em manhãs de domingo.*

*Artigo III*



*Fica decretado que, a partir deste instante, haverá girassóis em todas as janelas, que os girassóis terão direito a abrir-se dentro da sombra; e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro, abertas para o verde onde cresce a esperança.*

#### *Artigo IV*

*Fica decretado que o homem não precisará nunca mais duvidar do homem. Que o homem confiará no homem como a palmeira confia no vento, corno o vento confia no ar, como o ar confia no campo azul do céu.*

#### *Parágrafo único:*

*O homem, confiará no homem como um menino confia em outro menino.*

#### *Artigo V*

*Fica decretado que os homens estão livres do jugo da mentira. Nunca mais será preciso usar a couraça do silêncio nem a armadura de palavras. O homem se sentará à mesa com seu olhar limpo porque a verdade passará a ser servida antes da sobremesa.*

#### *Artigo VI*

*Fica estabelecida, durante dez séculos, a prática sonhada pelo profeta Isaías, e o lobo e o cordeiro pastarão juntos e a comida de ambos terá o mesmo gosto de aurora.*

#### *Artigo VII*

*Por decreto irrevogável fica estabelecido o reinado permanente da justiça e da claridade, e a alegria será urna bandeira generosa para sempre desfraldada na alma do povo.*

#### *Artigo VIII*

*Fica decretado que a maior dor sempre foi e será sempre em não poder dar-se amor a quem se ama e saber que é a água que dá à planta o milagre da for.*

#### *Artigo IX*

*Fica permitido que o pão de cada dia tenha no homem o sinal de seu suor. Mas que sobretudo tenha sempre o quente sabor da ternura.*

#### *Artigo X*

*Fica permitido a qualquer pessoa, qualquer hora da vida, uso do traje branco.*



*Artigo XI*

*Fica decretado, por definição, que o honrem é um animal que ama e que por isso é belo, muito mais belo que a estrela da manhã.*

*Artigo XII*

*Decreta-se que nada será obrigado nem proibido, tudo será permitido, inclusive brincar com os rinocerontes e caminhar pelas tardes com uma imensa begônia na lapela.*

*Parágrafo único: Só uma coisa fica proibida: amar sem amor.*

*Artigo XIII*

*Fica decretado que o dinheiro não poderá nunca mais comprar o sol das manhãs vindouras. Expulso do grande baú do medo, o dinheiro se transformará em urna espada fraternal para defender o direito de cantar e a festa do dia que chegou,*

*Artigo Final*

*Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários e do pântano enganoso das bocas. A partir deste instante a liberdade será algo vivo e transparente como um fogo ou um rio, e a sua morada será sempre o coração do homem.”*

Muito obrigada, companheiros. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)



**5125-III**

**Ses. Esp. 18/04/13**

**Or. Eliana Rolemberg**

**A importância das Organizações não governamentais no desenvolvimento social , econômico e produtivo da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Parabéns, Ametista. Coisa bonita.

Vamos chamar agora a Sr<sup>a</sup> Eliana Rolemberg, da CESE/CLAI, representando o Comitê Facilitador da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

Antes do pronunciamento da Sr<sup>a</sup> Eliana, vou pedir desculpas a algumas companheiros e companheiras da Mesa que, possivelmente, não vão poder fazer uso da palavra porque encerraremos esta sessão às 13h, já que teremos outra às 14h.

**A Sr<sup>a</sup> ELIANA ROLEMBERG:-** Boa-tarde, companheiros e companheiras.

Queria dizer da minha alegria de fazer parte desta Mesa. Agradeço especialmente ao deputado Carlos Brasileiro pela iniciativa desta sessão, como também agradeço aos outros parlamentares que também a convocaram e são solidários à nossa causa: Marcelino Galo, Yulo, Joseildo.

Devo dizer da minha alegria de ver o governo do Estado representado aqui por duas mulheres (palmas) que trazem aquilo que o Roberto Marinho dizia: “Essa associação da gestão do Estado reconhecendo a experiência das organizações da sociedade civil”: Lucinha, que veio do Movimento Sem-Terra, e Moema, que veio do movimento sindical. Isso, para mim, é muito importante.

Queria, nas pessoas de vocês, cumprimentar toda a Mesa e, antes de falar sobre o marco regulatório, pedir uma salva de palmas para esse movimento que, no momento de criminalização dos movimentos sociais, de tanta dificuldade que vivemos, consegue trazer 5 mil trabalhadores para mostrar sua força. (Palmas, muitas palmas.)

(Um grupo do Movimento dos Sem-Terra se manifesta, gritando palavras de ordem.)



Tenho que falar rapidamente agora, porque tenho medo daquela buzina que vai tocar daqui a pouquinho.

Tentei organizar algumas coisas, não é que esse *power point* seja tão importante, mas vocês vão ver, sobretudo, uma ilustração que acho que ajuda à compreensão.

Como já foi dito, tanto pelo Roberto Marinho quanto pelo Damien, estamos numa luta há mais de 10 anos para tentar chegar a um novo marco regulatório das organizações da sociedade civil, porque sabemos muito bem que na época da ditadura, quando estávamos tendo um inimigo muito claro, tínhamos muito apoio da Cooperação Internacional Solidária. Continuamos tendo de parte dela, mas vem diminuindo a cada dia, a cada ano, e o governo brasileiro tem mostrado, realmente, principalmente no exterior, uma cara nova de um Brasil que dá certo, que tem recursos. E nós precisamos, como já foi dito, ter acesso a esses recursos, e o acesso pela organizações da sociedade civil é diferente daquelas normas que existem para as empresas, as prefeituras, para vários escalões do Estado.

Então, temos tentado chegar a esse novo marco regulatório, principalmente desde o governo Lula que estamos batalhando. E nas eleições passadas, em 2010, quando ficaram Dilma e Serra, apresentamos uma carta da plataforma das organizações, pedindo um compromisso, caso eleito, com essa formulação do novo marco. Dilma assinou a carta, foi eleita. Após as eleições, o ministro Gilberto Carvalho, quando tomou posse, numa das primeiras falas dele, disse do compromisso com o novo marco.

Então, nesse intuito, nós batalhamos e, realmente, em 2011 obtivemos um decreto – coloquei ali, não vou lê-lo todo – que possibilitava a formação de um grupo que pudesse revisar o marco regulatório existente, acrescentar e chegar a novas formulações.

Tivemos várias iniciativas, uma delas foi o seminário internacional no final do ano de 2011, em setembro. E foi formado um grupo de trabalho com representantes de sete ministérios e de organizações representativas da sociedade civil. Os ministérios estão ali, e vocês podem ver que há uma grande diversidade. Temos desde a Secretaria Geral da Presidência, que é quem coordena esse trabalho, a Casa Civil, o Ministério do Planejamento,



e existem grandes diferenças, também, entre eles, entre a CGU, a AGU, não é um trabalho fácil.

Mas, também, do lado das ONGs, não só ONGs, mas movimentos sociais, o movimento dos sem terra e o MAB - Movimento de Atingidos por Barragem fazem parte desse grupo. Nós temos um grupo menor, mas temos a plataforma das organizações que acompanha todo esse trabalho. Eu estou lá pela SESI, mas representando o Conselho Latino-americano de Igrejas, está a ABONG, que é uma das principais lideranças da plataforma e outras organizações. Isso é que, para mim, é importante, enquanto organização.

O que nós pretendíamos não é somente a questão do contrato, não é só que o convênio não é apropriado às organizações, e que nós preferimos um termo de cooperação. Não é só de que nós não queremos ser somente prestadores de serviço do Estado, e queremos ter salários, encargos com possibilidade de serem pagos, não ficando à mercê de quem lança o edital, porque às vezes uma secretaria lança um edital e favorece, a outra não. Não há uma questão definida claramente, geral.

Também, em relação à contrapartida, a contrapartida é exigida, alguns dizem, não, podemos considerar como contrapartida alguns empreendimentos que nós temos, mas outros dizem que não. Então, essa é uma questão importante, mas não é só ela.

Além de tudo, eu queria colocar na parte ainda da contratualização, nós temos lutado muito por uma questão que para nós, SESI, é muito cara, para Cáritas, para outras organizações que trabalham com fundos solidários, que é também a possibilidade de que recursos públicos possam ser repassados para organizações que têm experiências de apoiar pequenas organizações, de apoiar os movimentos. O governo nunca vai poder apoiar diretamente alguns grupos quilombolas, não vai poder apoiar diretamente algumas associações indígenas, algumas associações de bairro, mas essas organizações podem, e elas precisam ser reconhecidas para isso, e com a capacidade de assegurar o controle orçamentário e a prestação de contas. Parece-nos claro que isso deveria ser assumido.



Até hoje nós estamos numa batalha muito grande, num projeto de lei que conseguimos formular de alguma forma isso está compreendido, mas, até agora, esse projeto de lei ainda não foi encaminhado.

Então, eu dizia que aí essa mandala representa, em parte, um projeto de lei que nós construímos, e agora eu vou contar onde estamos, mas, também, outras questões, nós queremos que se aprofundem as pesquisas sobre as nossas organizações, isso vem sendo feito; queríamos acesso a informações, também já está regulamentado, mas outras questões como incentivo a doações, a questão tributária de possibilidade de Imposto de Renda que possa viabilizar repasse, não só para alguns fundos, mas que cheguem em todas as organizações populares, fundos que possam ser fundos públicos, e que as organizações possam acessar de uma maneira um pouco mais fácil, que não seja tão formal. Não é que nós sejamos contra um “Sicomb”, mas o “Sicomb” é muito complicado como sistema, não é qualquer grupo que consegue manipular. E não só isso, também é um sistema que precisa ser aperfeiçoado.

Somos pela transparência, acima de tudo, mas uma transparência que, realmente, leve em conta essas dificuldades. Por exemplo, que possamos ter os nossos controles e depois importar aquilo com que vimos trabalhando para colocar dentro do sistema, mas que não sejamos obrigados a reiniciar os trabalhos a cada lançamento de prestação de contas. É uma coisa que só quem lida com isso sabe da dificuldade.

Bom, estamos trabalhando, acho que a Secretaria-Geral da Presidência da República tem tido um trabalho excelente, tem propiciado a formação de gestores, tem nos convidado para que juntos participemos de oficinas discutindo questões como essas. Com esse trabalho estamos, realmente, muito satisfeitos. Porém, queria mostrar onde é que nós estamos. Vejam bem, trabalhamos, desde que esse grupo foi formado até julho do ano passado, na formulação de um projeto de lei. Em julho, entregamos a minuta do projeto ao ministro Gilberto Carvalho e, desde então, não andou. Temos tido discussões com a Secretaria-Geral. A Secretaria-Geral vem enfrentando dificuldades também porque o que era esperado era que a presidente aceitasse o projeto e que esse projeto pudesse ir à consulta



pública e ser levado para a Câmara e para o Senado, só que ele até hoje não foi liberado pela presidência. Queríamos também que a presidente fizesse um decreto já autorizando a questão do pagamento do pessoal que é uma das questões mais urgentes. Também não caminhou.

Estamos num momento de muita dificuldade. Colocamos novamente a questão para a presidente. Foi elaborada pelo Comitê Facilitador da Plataforma uma nova carta a presidente Dilma. Estamos esperando que ela nos receba em audiência para poder discutirmos se, realmente, teremos assegurado o compromisso que ela assumiu nas eleições.

Por outro lado, as coisas caminham, não é? Então temos, hoje, no Senado um projeto de lei do senador Aloísio Nunes, PSDB de São Paulo, sobre esse marco para a sociedade civil. É um projeto que não corresponde às nossas expectativas. O senador Rolemberg está apresentando um substitutivo a esse projeto de lei. A ABONG e a Fundação Esquel vão participar, em nome da plataforma, do seminário no dia 29. São propostas do PSDB. E a proposta que foi trabalhada pelo governo, junto com a sociedade civil, está parada. Então nós estamos sendo chamados para discutir com o Legislativo, porque pelo Executivo nós não estamos conseguindo dar andamento.

Eu queria, inclusive, dizer que já tivemos um seminário que contou com a participação da representante da Secretaria-Geral da Presidência e de uma pessoa da Secretaria de Relações Institucionais do governo. E pretendemos que a Bahia se junte a essa luta nossa. Nós queremos ter uma audiência com o governador, queremos discutir também o que é que possível se fazer em âmbito estadual e juntos fazermos pressão para que a nossa presidente leve até o fim o compromisso de um novo marco - acho que já ficou claro para todos- movimentos e Organizações Não Governamentais- necessário também para reforçar a gestão do governo.

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



**5126-III**

**Ses. Esp. 18/04/13**

**Or. Rosemberg Pinto**

**A importância das Organizações não governamentais no desenvolvimento social , econômico e produtivo da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Muito obrigado, Liliana, contribuiu muito. Já anotamos aqui essa demanda, vamos buscar abrir essa agenda para que o Líder da Bancada, deputado Rosemberg Pinto, encaminhe o pedido dessa agenda.

E aproveito o momento para fazer um breve pronunciamento, o deputado Rosemberg Pinto.

**O Sr. ROSEMBERG PINTO:-** Bom-dia a todos. Quero saudar aqui o meu querido colega Carlinhos Brasileiro, autor desta sessão especial e, na pessoa também dessas duas mulheres aqui, secretárias oriundas inclusive das organizações sociais; Moema, que foi minha companheira durante muitos anos do movimento sindical, e Lucinha, quero saudar a todos vocês. Quero saudar aqui também todo o Plenário na pessoa do presidente do meu partido, Jonas Paulo.

Meus queridos companheiros e companheiras, acho extremamente pertinente, Carlinhos, esse debate. Primeiro, precisamos aqui desmistificar uma ideia com relação a concepção da visão que têm alguns parlamentares nesta Casa sobre as ONGs. Esta Casa foi palco de um processo diário de criminalização das organizações não governamentais por parte de alguns parlamentares aqui, questionando a relação das ações que as ONGs vêm fazendo e que fariam a partir de um edital público promovido pela SEDES, no qual se colocava aqui que aquela ONG não podia executar porque a sede não era uma sede bonita. Um absurdo a forma como tentam criminalizar as organizações sociais neste País e aqui na Bahia.

Quero dizer, conheço várias aqui, várias ações fizemos juntos quando estava na Petrobras, meu querido Carlinhos Brasileiro. Devo ter feito pela Petrobras aproximadamente uns 500 convênios, a maioria deles com empresas, a minoria com organizações não



governamentais. Hoje, sou questionado pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério Público da Bahia, em vários locais, nunca por um convênio firmado ou patrocínio com as empresas, mas todos firmados com organizações não governamentais.

Acho que esse momento aqui é um momento de tentar fazer esse debate institucional, mostrar inclusive para os órgãos de controle que olhem essas instituições não da forma negativa como já se olha *a priori*. É preciso entender que esse movimento aqui cumpre um papel significativo na construção de um novo País, na busca de igualdade e de oportunidade para todos.

Por isso, meus companheiros e minhas companheiras, nós, do Partido dos Trabalhadores, não queremos trazer nenhuma vinculação do ponto de vista institucional com as organizações governamentais nem podemos fazer isso. Mas é assim que é feito todos os dias nos grandes jornais de circulação.

Ainda ontem, minha querida Moema, fui à audiência de uma ação que entrei contra a *Folha de São Paulo*. A *Folha de São Paulo* colocou numa edição, em 2008, que havia um esquema na Petrobras que financiava as ONGs, as ONGs financiavam o Partido dos Trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores bancava os seus candidatos no Brasil. E tive que entrar com uma ação na Justiça contra a *Folha de São Paulo*, contra a jornalista Renata Lopreti, que não conheço, nunca vi, nunca falou comigo mas colocou lá as informações. Entrei também com uma ação contra ela e contra alguns órgãos de comunicação também no Estado da Bahia. Se nós não fizermos isso, se não formos para a disputa para descriminalizar essa tentativa de criminalização às organizações não governamentais, a gente vai ficar nos guetos e tentando fazer as nossas ações. Às vezes a sociedade não compreende a importância dessas organizações.

Nenhuma organização aqui tem e nem pode apresentar nos seus projetos lucratividade, diferentemente das empresas quando apresentam os seus projetos de patrocínio. Tem lá: lucro, gestão administrativa etc e tal, isso não é permitido para as organizações não governamentais.



Apareceu um maluco, aqui na Assembleia, dizendo que a sede da associação é feia porque não está pintada. Comparando com as empresas que podem fazer sedes bonitas, é lógico que há uma diferença: uma quer construir um País para todos. A origem, a singularidade de uma empresa é ter lucro. Isso é natural, porque são instituições diferenciadas.

Carlos Brasileiro, quero parabenizá-lo pela sua iniciativa, junto com todos vocês que estão aqui. Os movimentos sociais cumprem um papel significativo para construir um novo Brasil, um Brasil de oportunidades, igualdade e condições para todos.

Parabéns!

(Não foi revisto pelo orador.)



**5127-III**

**Ses. Esp. 18/04/13**

**Or<sup>a</sup> Valdecir Pedreira do Nascimento**

**A importância das Organizações não governamentais no desenvolvimento social , econômico e produtivo da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Muito obrigado, deputado, pelas suas palavras de apoio, como Líder da Bancada do PT, a este trabalho que está sendo realizado hoje.

Quero registrar as presenças do Sindicame, Sindicato dos Camelôs de Feira de Santana, do Sindicato dos Feirantes de Feira de Santana e da FAMFS, Federação das Associações dos Moradores de Feira de Santana.

Antes de passar a palavra à próxima oradora, permitam-me dizer algumas palavras. Sei que já está adiantada a hora e gostaria de merecer a compreensão de vocês, porque seria deselegante se as pessoas que estão à Mesa não se pronunciassem. Por favor, sejam breves. Dispomos de apenas três minutos para cada um se pronunciar, porque este é um momento ímpar para todos nós.

Chamo, para um breve pronunciamento, a Sr<sup>a</sup> Valdecir Pereira do Nascimento, coordenadora executiva do Odara, Instituto da Mulher Negra, representando o Movimento de Mulheres.

**A Sr<sup>a</sup> VALDECIR PEDREIRA DO NASCIMENTO:-** Serei breve, considerando a brecha concedida para falar e também a importância da nossa fala neste momento.

Quero parabenizá-lo pela iniciativa, deputado Carlos Brasileiro. Cumprimento Moema e Lucinha.

Gostaria de dizer como é importante que o Odara, Instituto da Mulher Negra, esteja neste Plenário para fortalecer e evidenciar, cada vez mais, a importância e o papel das organizações não governamentais na construção deste País e, particularmente, no combate ao racismo, ao sexismo e à homofobia.



Se pensarmos no papel das organizações do Movimento Negro e das outras que as mulheres vêm construindo ao longo da história do Brasil para que chegássemos até aqui neste cenário, nesta nova conjuntura do País, e no diálogo que conseguimos com os diversos setores do governo, posso dar um exemplo no próprio Estado da Bahia. Temos um diálogo permanente com a Sedes, Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, no fortalecimento das comunidades de povos tradicionais. O exemplo é o empenho que tem o Vida Melhor no diálogo com as religiões de matriz africana no sentido de empoderar essas organizações. E, na maioria, são mulheres negras que estão à frente delas para potencializar, não só reforçar os aspectos culturais, mas também assegurar que a comunidade negra neste Estado tenha o lugar que lhe é de direito.

Ainda não chegamos lá. Mas, sem dúvida nenhuma, este diálogo entre Estado e sociedade civil faz com que o refinemos cada vez mais, fazendo-o crescer e possibilitando que a comunidade negra, duma forma ou de outra, seja respeitada no que acredita, na sua autodeterminação e no que precisamos para o nosso desenvolvimento.

Obviamente, estamos em processo de estruturação em todas essas políticas. Vivemos situações trágicas, como a do tratamento dado à violência, à letalidade contra a juventude negra. E como isso afeta não só essa juventude e a nossa continuidade, mas particularmente as mães desses jovens. Precisamos avançar para dar um salto de qualidade, mudar esta realidade no que diz respeito à questão da juventude negra. Se matarmos a juventude negra, não teremos futuro.

Eu gostaria de saber quais os desafios postos para o Legislativo em relação à questão da garantia e da proteção para que este marco legal seja aprovado com qualidade, a fim de que tenhamos os nossos direitos e continuemos qualificando a política pública em nosso Estado.

O Legislativo precisa pautar e bancar esse debate para avançar, porque essa é a luta das organizações não governamentais, que assegura a qualidade do parlamentar que vem a esta Casa. Obviamente, a Direita reagirá à nossa ação, porque estamos construindo



consciência política na comunidade, uma formação cidadã. E é esta ação nossa na comunidade que garante um Legislativo mais comprometido.

O Executivo precisa levantar, mapear e identificar os impactos que as ações das ONGs têm promovido no âmbito do Estado para que ela tenha argumento e não recue, porque quem dialoga com a sociedade civil sabe, de fato, o que estamos fazendo; quem conhece as organizações não governamentais sérias sabe o que estamos fazendo.

Ainda é preciso ter argumentos nas mãos. Não se pode recuar, porque, se recuarmos, daremos a impressão de estarmos acobertando ilegalidades. Não estamos acobertando ilegalidades. Precisamos ter nas mãos o impacto social que produz cada uma dessas organizações que recebem recursos públicos. Isso é fundamental.

Cada vez mais, o movimento e as organizações se fortalecerem para fazer o enfrentamento. Queremos discutir o marco legal e aprofundar a discussão para pressionar o governo do Estado, a Assembleia Legislativa e os setores que têm a responsabilidade de aprová-lo, porque a política pública efetiva e o dinheiro público usado com qualidade depende, também, do papel de controle social que o movimento social faz .

Gostaria de fazer quase uma denúncia, que vem um pouco do debate de quem trabalha no enfrentamento de tráfico de pessoas: o governo brasileiro precisa refletir sobre o financiamento de organizações não governamentais estrangeiras com dinheiro público brasileiro para fazer ação no Brasil, porque não precisamos usar nosso dinheiro para contratar empresas estrangeiras, já que as ONGs nacionais têm capacidade de responder às nossas demandas.

Muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- D. Valdeci, que bom! Muito obrigado pelo seu pronunciamento.

(Não foi revisto pela oradora.)



**5128-III**

**Ses. Esp. 18/04/13**

**Or. Cristina Calácio**

**A importância das Organizações não governamentais no desenvolvimento social , econômico e produtivo da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Chamamos Cristina Calácio, representando Grupos Culturais.

**A Sr<sup>a</sup> CRISTINA CALÁCIO:-** Boa-tarde a todos. Saúdo a Mesa, parlamentares presentes, mulheres que representam o governo do Estado da Bahia, todas as instituições presentes. Estou representando João Jorge Santos Rodrigues, presidente do Olodum, que infelizmente não pôde estar presente, porque está viajando; a mesma coisa o seu vice-presidente, Marcelo Gentil.

Sou do administrativo. E meu discurso não será tão forte politicamente como o da companheira. Mas quero registrar que, realmente, a discriminação contra as ONGs atinge a todas, indiscriminadamente.

O Olodum tem um nome forte, pois está presente há 34 anos na cidade do Salvador com seus trabalhos sociais de resistência, de luta, de gênero, e da mesma forma é discriminado. As dificuldades são imensas e intensas. Acho que precisamos desse marco regulatório. Não podemos nos humilhar a todo instante quando precisamos de recursos. Não podemos nos sujeitar às situações daqueles que nos representam e nos veem com olhar de quem usa mal o dinheiro público. Muito pelo contrário, damos bons exemplos constantemente.

Acho que esta é mais uma oportunidade de estarmos reunidos para fortalecer este marco regulatório através dos representantes aqui presentes. Isso é fundamental para que este País e para que esta cidade do Salvador olhem para aqueles que trabalham, que fazem a diferença no social, o reconhecimento ao trabalho com um olhar diferente, de valorização. Não podemos mais nos colocar – as ONGs e as instituições – numa situação de sermos constantemente desacreditados naquilo que fazemos, pois o fazemos muito bem feito.



Por outro lado, o governo não pode se apossar daquilo que fazemos, passando imediatamente a executar a mesma tarefa, na medida em que isso tira a possibilidade de recursos para aquela instituição que tem *know-how*. Os parlamentares favoráveis às ONGs precisam assistir as que são sérias, fortalecendo-as através de emendas. Há um recurso imenso, mas nunca vimos essas emendas parlamentares. A instituição Olodum é forte, mas reafirmo: é raro se ter recurso destinado às atividades oriundo das emendas parlamentares.

São essas as minhas colocações. Recebam os cumprimentos de João Jorge Santos Rodrigues, presidente do Olodum. Que continuemos lutando e resistindo sempre.

O Olodum também é resistência! (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



**5129-III**

**Ses. Esp. 18/04/13**

**Or. Gilberto Leal**

**A importância das Organizações não governamentais no desenvolvimento social , econômico e produtivo da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Muito bem, Cristina. Não sei se esse foi o seu intuito, mas devo dizer-lhe que, infelizmente, nós deputados desta Assembleia Legislativa ainda não temos a garantia de emenda para destinarmos recursos a atividades como essas. Isso cabe aos deputados federais.

Temos apresentado projetos interessantes. Ficamos naquela busca cotidiana com o nosso governador para liberar os recursos através dos convênios tão bem colocados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, pela Sedes, pela Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, enfim.

Temos outras entidades presentes, como Ilê Aiyê e Araketu, que resistem e têm um trabalho extraordinário para a Bahia.

Com a palavra o Sr. Gilberto Leal, do Conen, Conselho Nacional de Entidades Negras-BA.

**O Sr. GILBERTO LEAL:-** Boa-tarde a todos e a todas. Serei breve para não precisar ouvir essa campainha ruidenta.

Eu até poderia, como representante do Conen, dispensar a minha presença nesta tribuna. Mas é importante registrarmos a nossa participação neste debate, porque estamos tratando da contribuição de organizações não governamentais num Estado e numa capital de maioria negra.

E esse legado de interferência e contribuição ao processo democrático não começa nesse novo período pós-ditadura militar. A filosofia africana Sankofa diz: *“É preciso olhar para o passado para entender o presente e projetar o futuro.”* Então, se formos recorrer ao processo histórico, veremos as experiências do Movimento Organizado Negro ocorridas



neste Estado, nesta Cidade e nesta região, algumas são singulares no processo histórico de luta por um processo de justiça social.

Não teria tempo para discorrer sobre elas, mas lembro-me de dois grandes exemplos: Palmares, 100 anos de luta contra um Estado visceralmente antagônico às suas pretensões, mais de 3 séculos atrás; e outro ocorrido aqui, com desfecho na Praça da Piedade, A Revolta dos Búzios, 2 séculos atrás. Esses dois exemplos denotam a importância da presença da luta dos movimentos negros nos processos sociais deste Estado.

Venho também, juntamente com o companheiro Dênia, desse processo da Tunísia. E desde já, faço o convite para que participem de um seminário que realizaremos para melhor avaliar esse processo na região do Magreb, da Primavera Árabe. Quem participou lá, se não havia entendido antes, passou a entender a importância da interferência dos movimentos sociais na edificação de uma sociedade, com esse patamar regional de influência que teve esse processo iniciado na Tunísia.

Quero dizer com isso que, no nosso entender, discutir relação sociedade / Estado tem uma palavra, um binômio chave, identidade política. Não basta, apenas, termos tecnicamente ou do ponto de vista das nossas interferências, um bom resultado na relação com a sociedade. É preciso que as organizações sociais do movimento, acima de qualquer outra coisa, construam um ambiente e um clima propício a florescer mentes libertárias neste mundo.

Obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



**5130-III**

**Ses. Esp. 18/04/13**

**Or. Jaqueline Leite**

**A importância das Organizações não governamentais no desenvolvimento social , econômico e produtivo da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Muito bem, mestre Gilberto. Sempre muito correto e com uma fala com muito conteúdo.

Chamamos agora à Sr<sup>a</sup>. Jaqueline Leite, coordenadora executiva da Chame, Centro Humanitário de Apoio à Mulher.

**A Sr<sup>a</sup> JAQUELINE LEITE:-** Boa tarde a todos, nem vou saudar a Mesa inteira pois precisamos economizar tempo.

Coordeno uma organização não governamental que se chama Chame, Centro Humanitário de Apoio à Mulher, uma organização voltada à prevenção ao tráfico de mulheres. Foi criada de forma atípica para uma ONG e por uma demanda de mulheres brasileiras, especialmente vindas da Bahia e que estavam numa situação de tráfico nos anos 90, na Europa.

Trabalhei numa organização não governamental na Europa, a qual percebeu essa necessidade de fazer um trabalho de prevenção no Brasil. Voltamos para cá, e desde 1994 trabalhamos com essa temática em Salvador.

Estamos aqui há 19 anos, e essa organização nunca recebeu dinheiro público brasileiro, sempre foi sustentada por organizações internacionais. No ano passado, estivemos numa reunião da União Europeia, e uma organização não governamental europeia, da qual Valdeci comentou, está com um projeto de prevenção ao tráfico de pessoas aqui na Bahia, exatamente o que o Chame faz, que será financiado pelo governo baiano. Isso muito nos estranhou por ser dinheiro público.

Que tipo de ONG estamos fortalecendo? Quais são as ONGs que temos aqui? (palmas) Quem são as pessoas que trabalham aqui? Quantas companheiras vejo neste plenário, Ametista, Tânia, Sueli, do movimento de moradores de rua, tantas outras



companheiras, Renato, que não é da área de mulheres. O que o governo está desenvolvendo, o que está fortalecendo as nossa organizações?

Outra questão é a importância. Que importância tem? Tem muita importância. Não vou citar o nome da empresa de TV que está fazendo, mas acho que muitas pessoas aqui estão assistindo a novela Salve Jorge, que trata justamente da questão do tráfico de pessoas.

A autora da novela, Glória Perez, procurou, desde o ano de 2011, alguém que pudesse dar uma luz em relação à temática. Por incrível que pareça, ela achou que a Chame poderia dar essa luz. Ela não encontrou em outro espaço alguém que pudesse dar essa consultoria. Então, desde 2011 estamos trabalhando.

Sem comentar a empresa, essa é a maior campanha que está sendo feita contra o tráfico de mulheres, de forma correta, num horário nobre, com um conteúdo completo, feito por uma empresa particular. Me pergunto, como é que Glória Perez, no Rio de Janeiro, percebe uma coisa como essa e, na Bahia, o Chame – Centro Humanitário de Apoio à Mulher é praticamente desautorizado a trabalhar com a temática? Então, eu faço uma reflexão para saber quais são as ONGs que estão aqui, se elas são sérias e quanto esse governo leva a sério o que se faz.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Muito bem, Jaqueline. Está vendo como foi boa a sua fala? Essas coisas têm de ser colocadas, porque, aqui, nós temos de ter conhecimento dessas ações. Às vezes, não é por interesse ou por direcionamento exclusivo, mas, talvez, até por falta de uma pesquisa mais bem feita e da oportunidade de conhecer a importância dessas entidades, aqui, no nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)



**5131-III**

**Ses. Esp. 18/04/13**

**Or. Zé Raimundo**

**A importância das Organizações não governamentais no desenvolvimento social , econômico e produtivo da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Quero chamar, agora, o companheiro Zé Raimundo que estava, aqui, sem querer falar por causa do tempo, mas, como estendemos o tempo, ele também quer se utilizar dessa democratização do horário. Seja breve, companheiro.

**O Sr. ZÉ RAIMUNDO:-** Prezado Carlos Brasileiro, autor e proponente, que dirige essa sessão muito expressiva para todos nós, gostaria de saudar a Mesa, nas pessoas de Moema Gramacho e de Lucinha, e todas as representações das organizações.

Muito rapidamente, deputado Carlos Brasileiro, gostaria, na verdade, de fazer um grande elogio a sua pessoa e à forma como você vem trabalhando nesta Casa, sobretudo por esta proposição ao lado dos deputados Joseildo Ramos, Marcelino Galo e Yulo Oiticica e com o apoio da nossa Bancada.

Quero dizer a V.Ex<sup>a</sup> e ao deputado Joseildo Ramos que as suas palavras e os seus gestos não são de aparência. V. Ex<sup>a</sup> foi o gestor de Senhor do Bonfim, prefeito daquela cidade, da mesma forma que o deputado Joseildo Ramos foi prefeito de Alagoinhas, e V.Ex<sup>as</sup> dirigiram essas cidades de forma democrática e com uma ampla participação popular. Eu tive o privilégio de visitar Alagoinhas, algumas vezes, e também o privilégio de ter sido vice-prefeito e prefeito de Vitória da Conquista, o 5º mandato em Vitória da Conquista, e, lá, nós empoderamos os movimentos sociais e as organizações, e aí daquele gestor que não conte com esse segmento. Acho, na verdade, uma grande burrice, no caso da Direita, ter uma estratégia para desarmar essa força, esse espaço que conquistamos nesses anos.

Por isso, parablenizo V. Ex<sup>a</sup>. Fica, aqui, o lembrete para Moema Gramacho e para Lucinha: façam chegar ao governador, nosso querido Jaques Wagner, esse desejo de tantas



organizações de estarem mais próximas do governador e do nosso governo para ajudar a consolidar esse projeto na Bahia e no Brasil.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Muito bem, deputado Zé Raimundo. V. Ex<sup>a</sup> é sempre sucinto, mas preciso nas suas colocações.

(Não foi revisto pelo orador.)



**5132-III**

**Ses. Esp. 18/04/13**

**Or. Raimundo Nascimento**

**A importância das Organizações não governamentais no desenvolvimento social , econômico e produtivo da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Convido, para fazer uso da palavra, o professor Raimundo Nascimento, diretor da Cama – Comissão de Articulação e Mobilização de Moradores da Península de Itapagipe. (Palmas)

**O Sr. RAIMUNDO NASCIMENTO:-** Diretor do Cama!

Boa tarde a todas as pessoas presentes, aqui. Eu poderia aprofundar mais o debate numa sessão como essa, mas, infelizmente, embora isso seja importante e interessante, nós não podemos fazer isso, sobretudo com a plateia participando, porque o tempo é curto. Sendo assim, a participação maior é dos membros da Mesa, e não coletiva, para aprofundar esse debate.

Tenho certeza de que um dos nossos desafios, enquanto movimento social, é produzir e fazer com que essa cidade, cotidianamente, discuta e debata essa temática. Essa temática é fundamental. Não existe democratização e participação sem a intervenção das Organizações Não Governamentais no Estado e no Brasil. Não podemos nos enganar, nós vivemos, cotidianamente, num processo de disputa de modelo de sociedade e de modelo de Estado.

O tal do deputado Luciano, que esteve, aqui, há quatro, cinco ou seis meses, para criminalizar as organizações que iriam desenvolver parte de um programa, talvez o único programa do governo do Estado que chega, efetivamente, na periferia da cidade e no campo, deveria estar, aqui, para ouvir essas coisas. (Palmas)

Nós sabemos que, no centro da discussão, há um debate sobre o modelo de desenvolvimento da sociedade baiana e brasileira. Mas, nesse modelo de desenvolvimento, o que o Estado brasileiro, seja o governo federal ou o governo do Estado da Bahia, precisa, efetivamente, é fazer mais opção por nós, os movimentos sociais. Esse é o elemento



fundamental, porque os movimentos sociais é que vão garantir a reeleição de uma presidente, Dilma Rousseff, que vem construindo, juntamente com o presidente Lula, desde 2003, um novo momento e uma nova história para o Brasil.

Os movimentos sociais não podem ser chamados apenas para as eleições, eles precisam estar no processo cotidiano de debates sobre que Estado e que modelo de sociedade queremos construir. Portanto, se o nosso governo efetivamente é de esquerda, que aponta nessa direção, é necessário que ampliemos o raio de participação da sociedade civil nos debates públicos e nas políticas que estão sendo implementadas em nosso Estado.

Nós sabemos da pressão do empresariado. Estamos vendo a Arena Fonte Nova e sabemos de diversas pressões. Mas se o Estado recua da possibilidade de abrir mais espaço para os movimentos sociais, não perderemos essa luta sozinhos. O Estado perde e nós perdemos também.

Então, a tarefa, secretária Moema, é fazer com que o Vida Melhor se efetive nesta cidade e neste Estado, porque é o único programa do Estado que chega, efetivamente, às bases. Por isso que o deputado que aqui falou anteriormente se referiu à sede do Movimento Cultural do Subúrbio, porque é uma organização responsável e capaz do subúrbio que vai executar um programa que não está, desculpe-me o Sebrae, na mão do Sebrae. Foi a organização que construiu, ao longo de sua história, capacidade técnica e política para garantir que os programas se efetivem a partir do olhar de quem vive cotidianamente o problema.

Então, quero deixar o recado, dizer para as secretárias aqui presentes que elas têm o papel importante de fazer com que dentro do núcleo do governo esse debate se efetive. Para que na hora da disputa de para onde ir, tenhamos um peso importante do movimento social, discutindo essas questões.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Boa fala, Sr. Raimundo. Como sempre, o Vida Melhor e outros programas têm que, cada vez mais, serem fortalecidos.

(Não foi revisto pelo orador.)



**5133-III**

**Ses. Esp. 18/04/13**

**Or. Moema Gramacho**

**A importância das Organizações não governamentais no desenvolvimento social , econômico e produtivo da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Acho que as falas foram tão importantes, contundentes, positivas e próprias que eu diria que, já passado o horário crítico da fome, poderíamos ir até as 15 horas que a coisa fluiria muito bem.

Quero registrar a presença do professor Luiz Paulo Neiva, pró-reitor da Uneb, que está prestigiando esta sessão especial. (Palmas)

Para dar encerramento aos oradores, convidamos, agora, a secretária Moema Gramacho, representando o governador Jaques Wagner.

**A Sr<sup>a</sup> MOEMA GRAMACHO:-** Boa-tarde a todas e a todos.

Quero começar cumprimentando o presidente da Mesa, o deputado Carlinhos Brasileiro. Assim, Carlinhos, já aproveito para parabenizá-lo e aos demais deputados por terem tomado a iniciativa de ousar e fazer uma sessão tão importante quanto esta que estamos vivenciando neste momento.

Aproveito, também, para dizer, Carlinhos, que estou assumindo um grande desafio agora na Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, e ele se torna ainda maior porque o faço depois que V.Ex<sup>a</sup> também já foi secretário. Portanto, devo dar sequência a tudo que V.Ex<sup>a</sup> fez e buscar fazer ainda melhor, porque essa é a aspiração de todos nós, sempre buscar fazer melhor. Vem sendo um grande desafio. A demonstração disso está aqui na aproximação com a população, com a base. Como deputado, é o que neste momento o senhor traz, fruto principalmente das experiências vividas como prefeito de Senhor do Bonfim duas vezes e como secretário de uma secretaria tão importante como esta que agora estamos também assumindo.

Quero cumprimentar todos os parlamentares desta Casa. Não posso deixar de agradecer aos deputados Joseildo, Yulo e Marcelino Galo, proponentes desta sessão.



Cumprimento os demais e os presentes à Mesa, Zé Raimundo e Rosemberg Pinto, além de todo este Legislativo.

Aproveito, antes de fazer mais saudações, para dizer que por oito anos subi a esta tribuna como deputada de oposição a um governo que promovia a exclusão social. E felizmente, pela primeira vez, hoje volto aqui assumindo na condição de representante, com muito orgulho, do governo Jaques Wagner, justamente o inverso: o governo da inclusão social. Portanto, sinto-me muito honrada por estar agora na tribuna deste Poder fazendo a representação daquele que tem mudado a cara da Bahia, principalmente no tocante à liberdade democrática, além das demais políticas de inclusão do nosso povo que discorreremos a seguir.

Cumprimento ainda todas as entidades sociais presentes. Apenas para ganhar tempo não vou nominá-las. Quero também cumprimentar minha companheira secretária, essa mulher guerreira, fruto da luta pela terra e deste movimento. Hoje não saberíamos o que seria da Bahia e do Brasil do ponto de vista do acesso à terra se não fosse a luta do Movimento dos Sem-Terra. Portanto, Lucinha, você deve ter um orgulho muito grande, como eu tenho, de vir de origem sindicalista. Eu fui operária de fábrica. E você, operária da terra. Parabéns, Lucinha, pelo seu trabalho. (Palmas!)

Fiquei muito feliz com suas palavras e vou fazer tudo para levar ao conhecimento do governador todas as reivindicações aqui colocadas. De imediato, já assumo o compromisso com a companheira da Chame em buscar junto com a companheira Lucinha identificar qual a empresa, a ONG, o motivo que levou essa parceria a ser feita. Com certeza, buscaremos passar ao nosso governador mais informações de que existem entidades tão importantes quanto, ou até mais, para fazer essas parcerias que buscamos para a garantia não só desta luta, mas também de outras lutas.

Peço desculpas se não cumprimentei a todos da Mesa para ganhar tempo. Cumprimento o governo federal, na pessoa de Roberto Marinho, e assim todos os representantes da União. Quero cumprimentar todos os presentes a este Plenário, na pessoa da companheira Ametista, e dizer que esse estatuto, que é do homem e da mulher, é um



estatuto do ser humano. Portanto, enquanto ser social, ele é extremamente adequado a todos os momentos da nossa vida. Cumprimento ainda todas as mulheres e entidades que aqui estão.

Meus cumprimentos também ao presidente do Partido dos Trabalhadores, Jonas Paulo. Quero dizer da nossa felicidade em ver você representando um partido que tem as suas bases fincadas, galgadas nos movimentos sociais. Portanto, parablenizo-o e agradeço a sua presença.

Quero justificar aqui a ausência dos nossos secretários, em especial Rui Costa e Cézar Lisboa. Eles pediram que os representassem, em razão de estarem, neste momento, em Brasília, tratando de questões afetas à Bahia. Tenho a honra, então, de estar representando os dois companheiros, representando o governo do Estado e o nosso governador. Quero dizer que temos um ditado que é muito comum e temos que resgatar: “Ninguém pode ser feliz sozinho”.

O Estado, enquanto Estado, é formado principalmente pela sociedade civil. E os governos não podem se abstrair de que, na execução de suas políticas, tem de fazê-las, primeiro, em parceria com o povo – e, à luz das parcerias com o povo, as ONGs, que brotam do povo, que são fruto dessa mobilização social, do saber fazer, do estar com a mão na massa e de efetivamente ser a representação da sociedade do ponto de vista da luta local ou mesmo da temática. Essas organizações sociais há muitos anos exerceram ações que se transformaram em políticas públicas.

Os governos devem agradecer muito às organizações sociais, pelos trabalhos que elas desenvolveram ao longo de toda a sua história, na prática, fazendo as políticas acontecerem. Nada mais justo que, no momento em que se pode fazer uma distribuição, do ponto de vista mais democrático do acesso aos recursos, que o faça também, e principalmente, através das organizações sociais.

Portanto, considero que esta sessão, deputado Carlos Brasileiro, é extremamente pertinente. A secretaria que assumirei segunda-feira da próxima semana tem uma amplitude imensa em ações públicas, não só as políticas públicas de proteção, promoção e combate às



desigualdades e das discriminações, mas, acima de tudo, é uma secretaria que também tem que cuidar dos extremos que a Bahia vive – a seca de um lado e as enchentes do outro.

Por isso, peço sempre a Deus que traga a chuva para o Semiárido e para onde está havendo seca, são 251 municípios com o decreto de emergência, mas que equilibre um pouco a chuva para os municípios que já estão sendo vítimas das enchentes, como é o caso de Jaguaquara, uma parte de Conquista e Jequié.

Temos que cuidar de todas as questões. Não podemos achar que o governo é o suprasumo que pode dar conta de tudo sozinho. Precisamos dessas parceiras. Um Estado com 417 municípios, um País com a imensidão que temos, nós precisamos, como governo, entender o papel dessas entidades lá na ponta.

Quero fazer uma referência: quando cheguei, cumprimentei algumas entidades e cumprimentando o representante da Asamil, perguntei como estava a questão das cisternas. E ele me disse que a entidade já construiu mais de duas mil cisternas.

E é óbvio: o governo poderia ter feito uma licitação e contratado uma empresa para fazer as duas mil cisternas que a Asamil está fazendo, mas, com certeza, não se daria a importância necessária àquelas pessoas – mais de 250 pessoas estão mobilizadas na construção daquelas cisternas, beneficiando mais de 14 mil pessoas.

Então, isso é importante. Não significa dizer que estaremos diminuindo a necessidade também daqueles que se especializaram, enquanto empresas, para o oferecimento dos seus serviços, mas cada qual no seu cada qual. E a gente sabe quanto é importante valorizar aqueles que conhecem o sofrimento, que conhecem o dia a dia nas comunidades onde vivem para fazer mais e melhor o serviço.

Eu podia citar aqui, saindo do campo da construção e partindo para o campo que ainda é um desafio imenso para os governos do País inteiro, o de combate às drogas. Se fôssemos citar a quantidade de ONGs, de terreiros de candomblé, de igrejas, de outras entidades que têm trabalhado diuturnamente com a sua experiência, com a sua capacidade para tirar pessoas das drogas ou para evitar que muitos dos nossos jovens sejam absorvidos pelas drogas, passaríamos aqui o dia inteiro enumerando essas entidades.



Podíamos falar aqui da cultura, do quanto é importante as atividades culturais. Poderia citar um caso do município que tive a felicidade de governar, junto com, o povo, durante oito anos. O Bankoma, um grupo afro, o primeiro de município de interior a desfilar no Carnaval da Bahia mas que, para além e já importante atividade de um bloco afro de Carnaval, faz um trabalho social imenso, do ponto de vista da retirada de crianças das drogas e da qualificação profissional desses jovens.

Apenas para não cansar, poderia citar inúmeras experiências de muitos dos senhores e senhoras que estão aqui neste momento, cada um com o seu potencial, com a sua especificidade, mas todos com o mesmo objetivo de fazer o melhor para o nosso povo e fazê-lo com competência. O que acho que os deputados... Queria aqui pedir licença, na condição de ex-deputada e sempre amiga dos companheiros que renovaram seus mandatos e parceira dos de novos mandatos, para dizer que acho que competiria, neste momento, uma discussão desta Casa Legislativa de como fazer para ajudar mais as ONGs a terem qualificação para aquilo que já fazem, às vezes sem o estudo necessário, fazem porque aprendem na luta, mas precisam, muitas vezes de uma orientação melhor, do ponto de vista da qualificação profissional. Como fazer para que elas possam estar preparadas para disputarem os editais. Esta é uma discussão que deveria estar sendo feita: Como garantir melhores condições a essas entidades para que possam, efetivamente, desempenhar o papel que elas desempenham na prestação dos serviços, inclusive para o poder público.

Srs. Deputados, senhores aqui presentes, acho que talvez alguns não queiram dividir o poder e saibam que a democracia é cada vez mais fortalecida quanto mais a sociedade civil esteja fortalecida. E fortalecer a sociedade civil, passa por dar condições a que sociedade civil também possa inserir-se no contexto da disputa, muito difícil que é no mercado de trabalho. Sabemos que o financiamento, a passagem de recursos para essas entidades divide o poder. Ela dá empoderamento à sociedade civil. E dando empoderamento à sociedade civil, isso pode incomodar alguns. (Palmas) Precisamos cada vez mais fortalecer a economia solidária, a agricultura familiar, todas as instâncias que tratam de questões



relacionadas à defesa dos direitos humanos, dentro eles a defesa dos direitos ambientais, do direito das mulheres, dos negros, dos homossexuais e de tantas outras minorias.

É preciso que entendamos que, nesses mais de 500 anos de Brasil, o povo ficou sempre excluído na hora de dividir o bolo. Houve uma inversão importante, depois desses mais de 500 anos, que foi introduzida no nosso País por um operário, o ex-presidente Lula que disse que a gente já pode crescer dividindo o bolo, porque alguns achavam que só se podia dividir o bolo depois que o País crescesse, e aí esse bolo ficava sempre escondido sem ser dividido, o País crescendo e o bolo escondido, e o Presidente Lula inova dizendo: tem que dividir já e crescer junto dividindo. E foi assim, que entrando no Poder, entrou junto com Lula o povo no Poder.

E fico, cada vez mais emocionada quando ouço e ouvia sempre Lula dizendo que uma das coisas que deixou ele mais feliz foi quando ele, dentro do Palácio do Planalto, viu entrar lá os catadores de lixo, os companheiros que trabalham na reciclagem, na cooperativa de catadores, porque ele viu que, naquele momento, o povo adentrava no Planalto.

Então, acho que é essa divisão, é essa socialização que faz com que estejamos aqui, neste momento, discutindo esse processo de participação das entidades sociais nessa distribuição dos recursos para que possa servir cada vez melhor ao nosso povo.

Quero aqui assumir alguns compromissos. O primeiro deles é de fazer chegar ao Governador Jaques Wagner que há um pleito dessas comunidades e dessas entidades de fazer gestões junto a Presidenta Dilma para que a audiência seja marcada o mais rápido possível com aqueles que estão construindo a plataforma, digamos assim, para o novo marco regulatório das ONG's.(Palmas.)

Quero também dizer que buscaremos uma audiência com a Ministra Ideli Salvatti, das Relações Institucionais, para que a gente possa também fazer esse debate acontecer no Governo Federal através das Relações Institucionais, aprimorando esse debate para que possamos dar elementos e subsídios a nossa Presidenta Dilma, para que o debate que acontece no Congresso não seja um debate apenas do Legislativo, mas que possamos somar



esforços para que aconteça juntos, Legislativo e Executivo de todas esferas fazendo gestão nesse sentido.

Queria dizer também que é preciso o Parlamento Federal e o Estadual possam trazer à baila uma discussão que se faz por demais importante, principalmente nesse tocante, que é a LRF – a Lei de Responsabilidade Fiscal e com ela uma discussão também perante os órgãos de controle interno, o CGE, no caso do Estado, a CGU, no caso do Governo Federal e os Tribunais de Contas para discutir também com eles como ficam as prestações de contas e qual o olhar que esses órgãos devem ter para as prestações de contas oriundas das organizações não governamentais. Porque não se pode pensar, *a priori* que todos são incorretos e que todos aqueles que porventura errem, sejam corruptos. Assim como nós políticos e agentes públicos não queremos ser generalizados, quando alguns dos políticos ou dos agentes públicos erra, as entidades não governamentais não querem ser criminalizadas pelo erro de uma ou de outra. (Palmas.) Portanto, este é um debate que precisa também ser feito perante esses órgãos de controle interno e externo.

Por fim, queria dizer que o novo marco regulatório faz-se fundamental. E nós estamos aqui para levar ao nosso Governador essa mensagem: de que precisamos dar mais autonomia, precisamos garantir que o financiamento esteja, devidamente, regulamentado e precisamos garantir essa maior democratização. E o marco regulatório pode apontar para todas essas questões de forma mais explícita, e como vai ser normatizado aí tudo fica muito mais explícito e muito mais fácil de ser analisado.

Queria por fim dizer que estamos assumindo uma secretaria que tem muitos desafios. Queria agradecer a todas as ONG's que já atuam na Sedes e as demais que atuam junto ao Governo do Estado em outras secretarias e dizer que buscaremos sempre fazer esse trabalho conjuntamente, porque queremos neste momento resgatar aqui aquela música de Jota Quest que diz:” Vamos precisar de todo mundo, um mais um é sempre mais que dois. Para melhor juntar as nossas forças vamos dividir melhor o pão.

Um grande abraço. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



**DL-02**

**Ses. Esp. 18/04/13**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Belas palavras, nobre companheira Moema Gramacho, secretária da Sepromi, representando o governador do Estado.

Eu queria dar uma informação: o pessoal do Cerimonial encontrou esse envelope intitulado Projeto Emergência das Cáritas Diocesana de Amargosa. Está com o Cerimonial.

Quero dizer que, tão logo encerremos, haverá apresentações no saguão, aqui ao lado, da Escola de Capoeira Bahia Ginga, do Lobato, do educador Saravá, do Grupo de Capoeira Raízes da Origem, do educador Pipoca, e da Escola de Capoeiragem.

Quero agradecer, neste momento, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta sessão. Faço isso iniciando pelas taquígrafas, que estão sempre presentes, estão aqui na frente. São elas que registram com sensibilidade, rapidez e competência tudo aquilo que falamos; quero agradecer ao Cerimonial, sempre prestativo, sempre cordial a nos orientar como proceder na sessão; a todos os servidores da Assembleia que, até este momento, estão aqui disponíveis para nós; à *TV Assembleia*, que transmite esta sessão para todo o Estado e para outros lugares do mundo; quero saudar e agradecer aos assessores do meu gabinete, nas pessoas da professora Vera e de Débora, assim como aos assessores dos gabinetes de Yulo, de Joseildo e de Marcelino Galo e à Liderança do PT, na pessoa da companheira Mara, por tudo que fizeram pela organização desse encontro; agradecer também ao companheiro Ailton Florêncio, que participou ativamente da realização desta sessão. Por fim e mais importante, agradecer pelas presenças a todos vocês.

Acho que esta sessão foi um chamamento para dar resposta àqueles que acreditam que o Estado tem que ser cada vez mais mínimo e cada vez mais centralizado. Nós pensamos diferente, pensamos no poder descentralizado. Como diz a Constituição: o poder emana do povo, e o povo tem que participar cada vez mais da construção da sociedade que queremos.

Aqui, há um chamamento para, no dia 26 de abril, às 9 horas, uma reunião de continuidade deste debate na CESE.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

Por fim, agradeço a vocês de coração. Feliz retorno a todos. Continuemos na luta fortes, unidos para que possamos construir o Brasil que queremos. (Palmas)

Convido a todos a ouvir a execução do Hino da Bahia, encerrando com brilhantismo a nossa sessão.

(Execução do Hino da Bahia.)